

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Luciano Braz Teixeira

Bruna Mikaella Ribeiro

**O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DA CIDADE
DE BOMBINHAS – SC: Impactos sobre a população**

Florianópolis - SC

2022

Luciano Braz Teixeira

Bruna Mikaella Ribeiro

**O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DA CIDADE
DE BOMBINHAS – SC: Impactos sobre a população**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina, CAD 9184 - Trabalho de Conclusão IV como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Gestão Pública Municipal

Orientador: Professora Clenia de Mattia

Florianópolis - SC

2022

Luciano Braz Teixeira

Bruna Mikaella Ribeiro

**O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DA CIDADE
DE BOMBINHAS – SC: Impactos sobre a população**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 16 de Fevereiro de 2022.

Examinadores:

Prof. Clenia De Mattia

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Mauricio Cosentino

Universidade Federal de Santa Catarina

Teixeira, Luciano Braz; Ribeiro, Bruna Mikaela.

O desenvolvimento de políticas públicas de cultura da cidade de Bombinhas - SC: Impactos sobre a população./ Luciano Braz Teixeira, Bruna Mikaela Ribeiro. Orientador: Marcus Vinícius, 2021.66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico,
Graduação em Administração Pública, Florianópolis (Polo
Florianópolis), 2021.

Inclui referências.

Dedicamos aos nossos pais e filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos e todas que, nesta caminhada, contribuíram para que pudéssemos chegar aonde hoje chegamos logrando êxito e alegria.

RESUMO

Cultura refere-se a um conjunto de fatores que podem ser avaliados de forma conjunta ou separa, mas que em geral levam ao benefício da população através de aprendizado, acesso à arte, compreensão histórica, entre outros pontos de indiscutível importância e fortalecimento dos objetivos das sociedades de assegurar igualdade, dignidade e justiça. Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar os impactos de políticas públicas de cultura sobre a população de Bombinhas-SC. Procedeu-se de um estudo de caso no município escolhido para o estudo, com 26 entrevistados que participam ou participaram dos programas. Além disso, relatórios de planejamento foram avaliados. Na amostra, 92,3% eram mulheres, 84,6% tinham de 20 a 59 anos, 46,2% participavam dos programas há um ano, 42,3% achavam os programas muito bons e 42,3% acharam excelentes, 42,3% classificavam os conteúdos como muito bons. Nos questionamentos abertos, verificou-se que qualidade, interação, aprendizado, fortalecimento da cultura, movimentos e artes, todos foram fatores valorizados pelos participantes. As diferentes oficinas foram relatadas como sendo úteis e com ampliam contribuição, o que abre espaço para o desenvolvimento de cada vez mais novas e variadas oficinas e, assim, além de alcançar um público maior, de diferentes perfis, aqueles já contemplados anteriormente podem seguir participando e adquirindo novos saberes e oportunidades. Os participantes relataram diversos motivos porém, todos afirmaram que as oficinas culturais agregam valor à cultura local e seu acesso pelos cidadãos. Surge, assim, espaço para o desenvolvimento de medidas visando alcançar públicos mais jovens, o que permitiria que as questões culturais fossem fortalecidas mais cedo e, assim, se tornassem mais efetivas. Além disso, os entrevistados enfatizaram a importância das políticas públicas de cultura, mas em duas respostas foi sugerido uma divulgação maior sobre elas e seu acesso, o que aponta para a necessidade de iniciativas de divulgação que poderão deixar esses esforços mais visíveis e gerar maior satisfação entre a população. No relatório de gestão de 2016 verificou-se que 52,9% das ações foram executadas, 17,6 estão em andamento e 29,5% não foram executados. Isso demonstra que ainda existem quase 30% de oportunidades de ofertar mais oportunidades culturais e desenvolvimento dos cidadãos locais.

Palavras-chave: Administração pública. Políticas públicas. Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão territorial e concentrações produtivas no estado de Santa Catarina	26
Figura 2: Distribuição da população nas Macrorregiões de Santa Catarina.....	26
Figura 3: Contribuição das Macrorregiões para o PIB de Santa Catarina.....	27
Figura 4: Alunos matriculados por dependência administrativa em Bombinhas	28
Figura 5: Alunos matriculados por modalidade de ensino em Bombinhas	29
Figura 6: Sexo dos participantes.....	36
Figura 7: Idade dos participantes.....	37
Figura 8: Tempo de participação dos programas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas.....	37
Figura 9: Satisfação programas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas	38
Figura 10: Conteúdo das oficinas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas	39
Figura 11: Avaliação das ações da Fundação municipal de Cultura de Bombinhas	39

LISTA DE ABREVIATURAS

DUDH	A Declaração Universal dos Direitos Humanos
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
SEBRAE/SC	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SIEC	Sistema Estadual de Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema	10
1.2 Problema	10
1.3 Objetivos.....	11
1.3.1 Objetivo Geral	11
1.3.2 Objetivos Específicos.....	11
1.4 Justificativa	11
1.5 Estrutura do trabalho	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Administração pública e políticas públicas	14
2.2 Cultura como parte dos direitos humanos	17
2.3 Políticas públicas culturais	20
2.4 Direito à cultura em Santa Catarina	24
2.5 Direito à cultura em Bombinhas – SC	27
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 Caracterização da Pesquisa	32
3.2 Classificação da pesquisa	33
3.3 Delimitação do universo da pesquisa	33
3.4 Técnicas de Coleta e Análise de Dados	33
3.5 Perspectiva do estudo	34
3.6 Limitações do método.....	35
4 RESULTADOS DA PESQUISA	36
4.1 Entrevistas com alunos e ex-alunos;	36
4.2 Análise dos documentos do município de Bombinhas – SC.	43
5 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	63
APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	64

1. INTRODUÇÃO

Cultura refere-se a um conjunto de fatores que podem ser avaliados de forma conjunta ou separa, mas que em geral levam ao benefício da população através de aprendizado, acesso à arte, compreensão histórica, entre outros pontos de indiscutível importância e fortalecimento dos objetivos das sociedades de assegurar igualdade, dignidade e justiça.

Asomah (2015) afirma que a cultura integra o cotidiano das pessoas, recebe influências de seus saberes e experiências e, na mesma proporção, exerce influências sobre a forma que pensam, como avaliam seu entorno e os acontecimentos nele ocorridos, como se relacionam com outras pessoas, enfim, a cultura tem, em boa medida, influência direta sobre a forma como as sociedades são formuladas.

Além disso, é preciso destacar que na esfera internacional, a partir da análise dos direitos humanos, a cultura integra o rol desses direitos, definindo que todas as pessoas devem ter acesso a ela e que os governos em todas as esferas existentes nas nações precisam contribuir para que isso se concretize e democratize (UNESCO, 1948).

No contexto brasileiro, a garantia da cultura como um dos direitos de todos os cidadãos também foi definida. O acesso à cultura é um direito garantido pela Constituição Federal brasileira, cujo texto define, em seu art. 23, que:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
[...]
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (BRASIL, CRFB, 1988);

Verifica-se que União, unidades da federação e municípios compartilham entre si o dever de proporcionar o acesso dos cidadãos a políticas e atividades específicas na área da cultura.

Além de ser um dos direitos fundamentais de todos os brasileiros, a cultura encampa o rol de direitos aos quais as esferas da administração pública (estados, municípios e União) devem dedicar investimentos como forma de aumentar sua oferta continuamente para que toda a população tenha fácil acesso a atividades culturais, locais de conhecimento e integração da cultura, além de ser papel das escolas atuar para que desde cedo os alunos compreendam seu valor e sua importância (SILVA; ARAÚJO; MIDDLEJ, 2021).

Nesse sentido, verifica-se que o desenvolvimento de políticas públicas na área de cultura não se trata de uma possibilidade ou uma escolha dos governos e da administração

pública de forma geral, mas seu dever claramente definido pelo texto constitucional e leis locais para com a população, de forma igualitária e justa.

O incentivo à cultura por meio de políticas públicas é um tema que vem recebendo maior atenção nos últimos anos, apesar de ser um direito constitucionalmente reconhecido há mais de 30 anos. A ideia da democratização cultural vem se expandindo e evidenciando a necessidade de valorização tanto do patrimônio cultural local, regional, nacional e mundial, quanto do acesso igualitário de todos os cidadãos a esses recursos como forma de construção de uma consciência histórica e cultural (SILVA; ARAÚJO; MIDDLEJ, 2021).

Na história brasileira os incentivos e esforços em prol do fortalecimento de políticas públicas na área de cultura passaram por diferentes períodos, desde épocas de total inexistência até esforços que vêm crescendo em diferentes áreas como forma de levar a cultura até a população e estimular a população a buscar essas opções em seu cotidiano (MUSA; PASSADOR; PASCHOALOTTO, 2017).

1.1 Tema

O presente estudo foi construído na **área temática** de políticas públicas, tendo como foco e **delimitação do tema** o desenvolvimento de políticas públicas na área de cultura, tomando como base o Município de Bombinhas – SC. Busca-se avaliar quais foram as políticas públicas na área de cultura desenvolvidas recentemente e quais foram seus impactos sobre a população do local.

1.2 Problema

Assim a questão a ser respondida pelo presente estudo foi definida como: quais foram os impactos (positivos e negativos) das políticas públicas na área de cultura da cidade de Bombinhas – SC sobre seus cidadãos?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos (positivos e negativos) de políticas públicas de cultura sobre a população de Bombinhas-SC.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar de que maneira o desenvolvimento de políticas públicas de cultura no âmbito municipal pode beneficiar direta e indiretamente a população;
- b) Avaliar quais possíveis setores da sociedade podem ser beneficiados pelo desenvolvimento de ações de políticas culturais.
- c) Demonstrar por meio dos relatórios municipais quais os projetos em andamento e aqueles que ainda serão desenvolvidos;
- d) Apresentar valores investidos nos esforços socioculturais locais; e
- e) Ressaltar as contribuições ou falhas desses projetos para o contexto social.

1.4 Justificativa

Todos os acontecimentos no campo social são, em alguma proporção, culturais, eles constroem a história das relações, do desenvolvimento, do estilo de vida, entre outros fatores. Nesse sentido, pensar a vida em sociedade é compreender que a cultura decorre dessas vivências e incide influências sobre elas. No mesmo sentido, as práticas políticas e econômicas também apresentam uma parcela cultural, pois atuam na construção desses espaços e ambientes sociais (GODOY; SANTOS, 2014).

Uma nação é um espaço cultural quando assegura, entre os direitos e deveres dos cidadãos e dos governantes, o acesso a esses recursos, além de atuar na promoção de atividades para que se configure a democracia cultural entre todos. “Por essa razão, pode-se afirmar que o Estado Cultural realiza o que é prescrito e determinado pela Constituição Cultural, que contém dispositivos jurídicos de tutela subjetiva e objetiva da cultura” (SILVA; ARAÚJO; MIDDLEJ, 2021, p. 12).

Ainda como forma de compreender os conceitos de cultura dentro da formulação de suas origens históricas, destaca-se que ‘na origem da palavra cultura está o cultivo, da sua raiz

inglesa *coulter*, do latim *culter* – ‘relha de arado’. Isso remete ao próprio nascer da identidade estabelecida, quando um grupo social, tornando-se sedentário, descobre a sobrevivência por meio do cultivo da terra’ (MIRANDA; ROCHA; EGLER, 2014, p. 45).

Tudo aquilo que se cultiva para perdurar, nas mais diversas áreas da sociedade, que recebe influências e influencia a composição social e a formação da coletividade, trata-se de parte da cultura local.

É preciso ressaltar, assim, que cultura influencia na formação da vida de todos os cidadãos e, quanto maior o acesso a ela, melhor sua compreensão sobre o entorno, a capacidade de tomar decisões e atuar em prol de sua proteção. Para que isso se concretize, porém, a administração pública precisa reconhecer seu papel e desenvolver políticas públicas que fomentem o amplo acesso a elas (SILVA; ARAÚJO; MIDLEJ, 2021).

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela necessidade de identificar, na esfera local, quais são as políticas públicas atuais desenvolvidas na cidade de Bombinhas e de que forma elas influenciam a vida dos cidadãos. A compreensão dessa realidade permite identificar não apenas as ações nessa área, como pontos fortes, fracos e necessidades de melhoria para a democratização do acesso da população à cultura de forma justa e igualitária.

1.5 Estrutura do trabalho

Este estudo foi conduzido em forma de capítulos, visando assegurar sua organização e o alcance dos objetivos estabelecidos para seu desenvolvimento. O primeiro capítulo do estudo é composto por uma introdução ao tema, na qual são citados dados como tema, problema de pesquisa, objetivos, justificativa para a escolha do tema e sua aplicação e outras informações pertinentes.

O segundo capítulo encampa a fundamentação teórica do estudo, na qual são esclarecidos dados a respeito da administração pública (conceito e atividades), bem como das políticas públicas (conceito, formulação, organização, bases legais, etc.). Além disso, ressaltase a cultura como princípio integrante do rol de direitos humanos reconhecidos na esfera do direito internacional e no contexto nacional. São ressaltados dados sobre as políticas públicas na área de cultura em uma perspectiva geral. Dados sobre o direito de acesso à cultura em Santa Catarina e em Bombinhas também fazem parte desse tópico de estudos.

O terceiro capítulo define a metodologia de pesquisa, sua caracterização, classificação, delimitação do universo de pesquisa, técnicas de coleta e análise dos dados, perspectivas do estudo e limitações do método selecionado.

O quarto capítulo traz a apresentação de todos os resultados obtidos a partir do desenvolvimento das etapas de entrevistas e análise de documentos idealizadas e conduzidas para o alcance dos objetivos aqui definidos.

Por fim são destacadas as conclusões obtidas por meio da realização do estudo, bem como as fontes consultadas para a formulação das etapas conceituais e teóricas apresentadas ao longo do processo de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta etapa dedica-se ao esclarecimento dos conceitos mais relevantes relacionados ao tema de estudos, visando embasar o autor em conhecimentos que norteiem adequadamente sua pesquisa. São abordados os conceitos e esclarecimentos sobre a administração pública, políticas públicas em suas especificidades, a cultura como parte do rol de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, bem como as políticas públicas na área de cultura no Brasil.

Inicia-se esclarecendo os conceitos de administração pública e políticas públicas, considerando-se que há uma estreita ligação entre os dois temas e sua aplicação no contexto social.

2.1 Administração pública e políticas públicas

As características fundamentais sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais das sociedades humanas contemporâneas moldam o modo como as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, o que acaba afetando a vida das pessoas e o acesso social a direitos diversos.

Incidem sobre essa realidade dois níveis de determinantes sociais, os motores estruturais que geram e distribuem energia, renda, bens e serviços, em nível global, nacional e local, e as condições mais imediatas de vida diária. Há cada vez mais evidências sobre os tipos de ações que podem ser realizadas para melhorar os determinantes sociais e a equidade, com foco, muitas vezes, na formulação de políticas públicas. No entanto, embora seja importante que políticas voltadas para o enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais sejam desenvolvidas, é essencial que essas políticas sejam de fato implementadas (PEIXOTO, 2016).

A existência de leis e normas é um marco inicial visando à justiça e dignidade em todos os contextos nacionais, porém, quando essas normativas não deixam de existir apenas no papel, ou seja, não se concretizam no cotidiano dos cidadãos, percebe-se que existe uma falha importante e que precisa ser devidamente avaliada, gerida e consertada. Somente a associação entre legislação sólida e medidas práticas poderá contribuir amplamente para a sociedade e as pessoas que dela fazem parte (DI PIETRO, 2016).

De uma perspectiva dos direitos da população e equidade social, tem havido relativamente poucos estudos sobre as complexas estruturas de políticas e camadas

administrativas por meio das quais as políticas públicas são gerenciadas e implementadas (ALMEIDA; GOMES, 2018; SILVA, 2017).

A administração pública se refere encampa as estruturas organizacionais, práticas gerenciais e valores institucionalizados que os funcionários promovem na busca pela implementação de políticas e para cumprir as definições dos governos. Consequentemente, a administração pública não fica separada das questões políticas, mas é diretamente ligada a elas (LOBELLE FERNANDEZ, 2017).

Na concepção de Di Pietro (2016), não existem motivos para a instituição da administração pública se não existem cidadãos. Assim, deve-se compreender que a administração pública existe para compreender e defender os direitos dos cidadãos, fazendo com que se cumpram dentro dos grupos sociais em que as pessoas vivem, não com foco na proteção de um indivíduo ou grupo, mas com base na proteção de toda a coletividade.

Sobre as atividades da administração pública e seus fins, é preciso esclarecer que:

Uma vez que é através das atividades desenvolvidas pela Administração Pública que o Estado alcança seus fins, seus agentes públicos são os responsáveis pelas decisões governamentais e pela execução dessas decisões.

Para que tais atividades não desvirtuem as finalidades estatais a Administração Pública se submete às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de normas objetiva a um comportamento ético e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado (GONÇALVES, 2011, p. 1).

Compreende-se, assim, que a administração pública é regida pela Constituição Federal brasileira, o dispositivo de maior relevância no país e cujo cerne é o cidadão e sua proteção, por isso chamada de Constituição Cidadã. As normas existentes no referido dispositivo, em sua totalidade, foram desenvolvidas para que os cidadãos e seus direitos estejam acima do Estado, dos interesses políticos, governamentais ou de grupos dominantes em diferentes contextos (DI PIETRO, 2016).

As políticas públicas envolvem medidas editadas pelos governos visando melhorar o andamento das atividades que concernem a toda a sociedade, além de terem foco na garantia de direitos, oferta de serviços, manutenção de espaços, entre tantos outros fatores. Políticas públicas somente são eficientes quando transformadas em ações, caso contrário serão apenas documentos formais que não se concretizam (LOBELLE FERNANDEZ, 2017).

As políticas públicas, enquanto normas, são estáticas, oferecem um norte para os governos, mas não colocam em prática, elas precisam existir como ações dinâmicas que fomentem o envolvimento dos governos de todas as esferas para que, assim, os cidadãos tenham acesso àquilo que deve ser garantido a eles (SILVA, 2017).

Em termos gerais, a administração pública está preocupada em como perseguir com eficácia os objetivos das políticas por meio de sistemas administrativos em camadas compostos por entidades governamentais e não governamentais (SOUZA, 2006).

Os governos em todo o mundo enfrentam, em alguma proporção, desafios relacionados as políticas públicas, com diferentes graus de complexidade. Em resposta a esses desafios, os atores políticos dão grande importância à capacidade da máquina da administração pública de transformar suas políticas em ações efetivas. No entanto, a árdua tarefa de fazer esse complicado sistema administrativo funcionar é frequentemente subestimada no design elegante das intervenções políticas. Por sua vez, os governos muitas vezes não conseguem alcançar os resultados das políticas que buscam, criando uma lacuna entre as aspirações e as realizações (PEIXOTO, 2016; LOBELLE FERNANDEZ, 2017).

Os estudos em políticas públicas e administração pública permanecem amplamente separados, apesar do poderoso potencial de cruzamento de resultados entre elas, de fato, estão diretamente ligadas e precisam ser compreendidas como tal, áreas que se cruzam, se complementam e devem se apoiar (SILVA, 2017).

Estudiosos da administração pública e da gestão colocaram o desafio de trabalhar além das fronteiras, mas de forma ampla há algum tempo. A questão de primeira ordem sobre como se organizar para alcançar os resultados das políticas não é nova. Essas escolhas são complexas e as decisões de desenho organizacional e relacional terão um impacto na capacidade dos governos de implementar decisões políticas (LOBELLE FERNANDEZ, 2017).

Em administração pública e estudos de gestão, é bem conhecido que as escolhas de desenho organizacional sempre criam limites. Independentemente de o princípio de organização ser baseado em função, local ou grupo de clientes, são criadas diferentes fronteiras que precisarão ser cruzadas de alguma forma na busca por resultados governamentais. Décadas de experimentação prática com a reforma da administração pública mostra que a reestruturação não remove fronteiras, simplesmente as reconfigura (JESUS; COSTA, 2013).

Nas últimas décadas, as reformas da gestão pública, como fenômenos internacionais, tornaram-se assuntos sérios na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. É essencial considerar essas reformas para responder às mudanças econômicas, organizacionais e culturais e para avaliar o nível de melhoria na eficácia de um governo e, para criticar o caro setor público.

Como parte dessas reformas, um paradigma de gestão do setor público ficou conhecido como nova gestão pública (NGP), iniciada no final da década de 1980 em países desenvolvidos e foi aprimorado após a implementação em vários países ao longo dos anos. Esta reforma foi criada em resposta às diferenças encontradas no desempenho do setor público em comparação com o setor privado, e devido às estruturas de incentivos pobres que podem levar a um desempenho fraco no setor público. Portanto, os formuladores de políticas e reformadores desejam aplicar tais reformas para garantir que as organizações do setor público se pareçam com suas contrapartes do setor privado (SILVA, 2017).

Sobre isso, Jesus e Costa (2014, p. 391) ressaltam:

A Nova Gestão Pública pode ser compreendida, na verdade, como um refinamento do modelo gerencial. Em termos da forma de administração, não apresenta uma grande ruptura em relação ao modelo gerencial. A Nova Gestão Pública deve, portanto, ser entendida, como um movimento evolucionário, em vez de revolucionário.

Além disso, essas reformas são descritas como conceituações normativas da administração pública que incluem vários componentes inter-relacionados, como descentralização, atenção aos recursos humanos, utilização de remuneração por desempenho, aumento da autonomia dos gestores públicos, uso de mecanismo de mercado, enfatizando o controle de produção, desagregação, aumentando a competição e inovação e enfatizando grande disciplina e uso econômico dos recursos (LOBELLE FERNANDEZ, 2017).

Compreende-se, assim, que a administração pública é a atuação dos governos municipais, estaduais e federais no sentido de se fazerem presentes no contexto social, permitindo que haja um acesso da população a seus serviços. As políticas públicas, por sua vez, são as definições, leis e normas desenvolvidas para que a atuação da administração pública tenha foco nos direitos dos cidadãos, bem como em suas necessidades e, assim, os governos possam cumprir seu papel.

Na sequência aborda-se a cultura dentro do rol dos direitos humanos com validade nacional e internacional.

2.2 Cultura como parte dos direitos humanos

Para que se possa apontar o enquadramento da cultura como um dos direitos humanos elencados em dispositivos internacionais, inicialmente se faz necessário esclarecer o que são os direitos humanos, suas especificidades e o que representam enquanto ferramenta de luta pela construção social focada nos seres humanos.

A existência e garantia de direitos humanos pode ser descrita como “[...] condição fundante da vida, impondo aos agentes político-jurídico-sociais a tarefa de agirem no sentido de permitir que a todos seja consignada a possibilidade de usufruí-los em benefício próprio e comum ao mesmo tempo” (BOLZAN DE MORAIS, 2010, p. 131).

Compreende-se, pelo exposto, que não há que se falar em manutenção da vida se ela ocorrer sem garantia e acesso a direitos essenciais. É dever de cada nação atuar para que dentro de seus limites territoriais os direitos humanos sejam garantidos e ofertados a toda a população, sem exceções.

A construção dos direitos humanos decorre de lutas importantes na esfera internacional, quando surge a percepção de que os conflitos, as guerras e disputas por poder ocorrem sem levar o homem em consideração, sua vida não era valorizada e protegida por muitos anos. Diante disso, se fortaleceram paulatinamente esforços para que o homem não fosse visto como uma ferramenta para o alcance do poder, mas o centro de todas as nações e o destinatário de todos os esforços de construção de sociedades melhores (BOLZAN DE MORAIS, 2010).

Em 1789 foi promulgada a Declaração Francesa de Direitos, formulando ideias que foram posteriormente disseminadas em outros locais do mundo, deixando evidente a necessidade de dar ao homem a proteção adequada em prol da vida. Se não existem os seres humanos, não há motivos para que as sociedades sigam existindo (LAFER, 2016).

O foco da formulação de um documento que defina e proteja os direitos humanos recai sobre a valorização “[...] daqueles que somos preocupados com a qualificação da vida cotidiana dos indivíduos, dos grupos sociais, da humanidade e de todos os seres que habitam o planeta” (BOLZAN DE MORAIS, 2010, p. 128).

Assim, os direitos humanos são fruto da luta de seres humanos pela proteção de outros seres humanos, sem qualquer tipo de distinção quanto aqueles que seriam ou não destinatários desses direitos, pelo simples fato de que a humanidade de cada ser não está em suas características, mas em sua vida (PIOVESAN, 2010).

Apesar da relevância desses esforços e do fato de que muitos países se comprometeram a adotar, proteger e garantir esses direitos, deve-se esclarecer que “o que se percebe nessa seara é que muito dos conteúdos básicos em muitos lugares sequer foi implementado ou muitos são sonegados e ao mesmo tempo precisamos dar conta de situações novas cada vez mais complexas [...]” (BOLZAN DE MORAIS, 2010, p. 130).

Nesse sentido, os direitos humanos foram devidamente constituídos, estabelecidos e bem esclarecidos, com a concordância em muitos países de agir para que se cumpram, no

entanto, a realidade ainda está distante do ideal de garantia, acesso e proteção desses direitos em boa parte das nações.

Sobre a violação de direitos humanos pelo mundo, Asomah (2015) ressalta que essas violações seguem ocorrendo de diferentes modos e com intensidade variável em uma quantidade considerável de países. Especialmente os direitos de grupos de maior vulnerabilidade, como crianças, mulheres e meninas, seguem ampla e desproporcionalmente violados, de forma impune. As crianças poupadas da guerra ainda podem ser vulneráveis, pois são confrontadas com um acesso extremamente limitado à educação, saúde, assistência social e alimentação.

Meninas em situação de vulnerabilidade estão sujeitas ao comércio sexual, violência sexual e abuso. Mais de um milhão de crianças se prostituem em todo o mundo, só na Tailândia as estimativas apontam para em torno de 20.000 prostitutas menores, Na Índia são 575.000 e no Brasil em torno de 500.000. A mutilação feminina e os casamentos forçados em uma idade jovem continuam a afetar as meninas, destruindo seus sonhos futuros de seguir uma carreira e alcançar sua independência. Existem instrumentos jurídicos internacionais que garantem os direitos e a proteção das crianças, porém, isso ainda parece ter pouca utilidade na prática para muitos, especialmente os mais vulneráveis, o que ocorre de forma ainda mais acentuadas em países em desenvolvimento, onde os direitos continuam a ser violados de forma inquestionável e grave (ASOMAH, 2015).

Compreende-se, diante do exposto, que o reconhecimento dos direitos humanos em uma perspectiva internacional é inegavelmente importante para nortear as ações políticas em todo o mundo e fazer com que sejam direcionadas para os seres humanos, todavia, além da existência de documentos definindo essa realidade, é imprescindível que existam ações reais e práticas conduzindo a esse desfecho essencial, tão esperado, mas ainda distante de se concretizar globalmente.

Sobre a questão a cultura enquanto direitos dos seres humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, de 1948, define a cultura como parte dos direitos humanos a serem assegurados pelos governos a todos os seus cidadãos. O art. 27 do referido dispositivo estabelece que:

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (UNICEF, DUDH, 1948).

Verifica-se, assim, que a participação na vida cultural da comunidade não pode ser limitada a algumas pessoas, todos deverão ter livre acesso a oportunidades de participação e usufruir dos resultados positivos que as questões culturais poderão acrescentar em suas vidas.

Asomah (2015) explica que a DUDH foi promulgada como um esforço cooperativo internacional para que em todas as nações houvesse o reconhecimento do indivíduo, da vida e da liberdade como sendo superiores a qualquer interesse político, governamental ou de outra esfera. Uma sociedade justa, digna e igualitária para todos somente poderá ser alcançada quando todas as pessoas forem protegidas das mais diversas formas de abuso que podem ocorrer em seu cotidiano.

É dever global o respeito à cultura de cada nação, valorizando suas características e especificidades, porém, quando são fatores culturais o desrespeito a alguns grupos mais vulneráveis, como à mulher, por exemplo, é preciso que haja, antes de mais nada, um esforço para que esses valores sejam reestruturados, alterados, já que existindo vulnerabilidade ou não, nenhuma especificidade do ser humano deve servir como justificativa para que seja desrespeitado ou abusado (BOLZÁN DE MORAES, 2010).

Nesse sentido, todos os esforços de proteção da cultura e integral acesso a ela devem ocorrer para que, também, preceitos culturais abusivos sejam desconstruídos, deixem de fazer parte da realidade social e sejam substituídos pelos fatores mais essenciais de construção de sociedades justas para todos, igualdade e respeito. Não se pode falar em garantia de direitos humanos quando isso ocorre de forma parcial, escondendo-se por trás de uma justificativa de que abusos seriam características culturais há muito construídas (ASOMAH, 2015).

É essencial garantir o acesso à cultura, sempre com vistas a criar uma cultura de respeito, integração, valorização da vida e respeito a cada uma das especificidades dos seres humanos, somente assim poderão conviver harmonicamente nos grupos sociais.

Havendo-se compreendido essa realidade, considera-se essencial abordar a questão das políticas públicas em cultura no país.

2.3 Políticas públicas culturais

A cultura, no Brasil, faz parte dos direitos dos cidadãos reconhecidos pelo texto constitucional. Isso significa que cabe ao Estado, por meio de políticas públicas municipais, estaduais e federais, instituir ações e projetos que garantam que a população, sem exceções,

tenha acesso a esse direito em seu cotidiano, de forma facilitada, qualificada e gratuita (LOIOLA, 2015).

Cabe a todas as esferas da administração pública, municípios, estado e União, atuar para que a população tenha a garantia de acesso a esse direito, não apenas no sentido de cultivar a cultura que acompanha cada pessoa, tendo sido construída ao longo de sua vida, mas também como forma de acessar outras expressões de cultura que possam enriquecer, permitir melhores conhecimento de si, de sua região, história, desenvolvimento e da nação como um todo. As políticas públicas precisam ser desenvolvidas com vistas a isso, a assegurar que a cultura não seja apenas algo acessível a pouco, mas parte da vida de todos (SERAFINI; HOFFMAN, 2020).

Bauman (2012) afirma que conceituar a cultura não é uma tarefa fácil, trata-se de um conjunto composto por muitos elementos, cada um com sua importância, mas todos unidos colaborando para a identidade de um povo. História, artes, hábitos, linguagem, todos fazem parte do conceito de cultura de modo mais amplo. Em um mesmo país, muitas culturas regionalizadas existem, todas com o mesmo valor e que devem ser protegidas, incentivadas e divulgadas.

Cunha Filho (2004, p. 22-23) ressalta sete conceitos de cultura encontrados em debates diversos, são eles:

- (1) aquele que se reporta ao conjunto de conhecimentos de uma única pessoa; mais utilizado para referir-se aos indivíduos escolarizados, conhecedores das ciências, línguas e letras, embora, ultimamente, também se direcione a focar o saber do dito "homem popular";
- (2) um segundo que confunde expressões como arte, artesanato, e folclore, como sinônimas de cultura, algo que muito nos lembra figuras da linguagem como a sinédoque e a metonímia, vez que se percebe claramente a substituição do todo pela parte, do continente pelo conteúdo;
- (3) outro que concebe cultura como o conjunto de crenças, ritos, mitologias e demais aspectos imateriais de um povo;
- (4) mais um que direciona o significado de cultura para o desenvolvimento e acesso às mais modernas tecnologias;
- (5) ainda o que distingue o conjunto de saberes, modos e costumes de uma classe, categoria, ou de uma ciência (cultura burguesa, cultura dos pescadores, cultura do Direito...);
- (6) outro vinculado à semiótica, retratador do conjunto de signos e símbolos das relações sociais;
- (7) por último, em nossa modesta lista, aquele que se reporta a toda e qualquer produção material e imaterial; de uma coletividade específica, ou até mesmo de toda a humanidade.

A cultura pode ser vista, assim, conhecimentos pessoais, expressões de arte, crenças de um povo, acesso às tecnologias, saberes científicos, símbolos das relações culturais e produção material e imaterial de um grupo ou da humanidade. Todos esses conceitos são

válidos, devem ser aplicados de acordo com o contexto em que se inserem para que gerem a compreensão esperada e necessária (CUNHA FILHO, 2004).

Percebe-se, assim, que existem conceitos amplamente variados de cultura e cada um poderá fazer mais sentido em um contexto, enquanto outro se enquadra melhor em outros tipos de análise.

É essencial que o país tenha políticas públicas de manutenção e acesso à cultura, além de medidas que façam com que essas políticas se concretizem em ações acessíveis a todos. Um país que garante aos seus cidadãos o acesso à cultura é mais evoluído, dinâmico, integrado, ou seja, há um maior conhecimento sobre áreas diversas e, assim, a população é beneficiada cotidianamente. A cultura significa formação, desenvolvimento, lazer, satisfação, consciência, seus significados são muitos e sua garantia por meio de políticas pública é inquestionável como fato essencial (BRASIL, 2013).

De acordo com Miranda e Rocha (2014), é histórico no Brasil a ideia de que cultura é assegurada para as classes mais altas da população, para as pessoas com mais condições financeiras e que podem acessar projetos culturais variados, mesmo que tenham custos elevados. Essa visão teve início no período da colonização no país e, ainda hoje, não foi totalmente destituída. É preciso criar uma nova visão da cultura dentro do Brasil, na qual se trata de um direito assegurado a todos os cidadãos e esses devem fiscalizar o Estado e as demais esferas de governo para ter certeza de que esses direitos são priorizados tanto quanto os demais.

Barbalho (2014) corrobora com essa informação e destaca que ainda no presente não é incomum perceber as iniciativas governamentais colocando a cultura como uma questão secundária, de menor valor e menor necessidade para a formação social e, por isso, menos contemplada nas políticas públicas. O tema foi e é foco de debates em diferentes situações, porém, medidas práticas, amplas e efetivas ainda são escassas.

Nos últimos anos, os governos federais deram uma maior atenção para as questões de cultura, políticas públicas na área e ações possam garantir o acesso a ela, porém, o cenário ainda não se encontra dentro de um patamar considerado adequado para que todos os brasileiros, em igual proporção, possam ter acesso a essas atividades e, assim, construir e reconstruir sua própria visão da cultura nacional (BARBALHO, 2014).

Coelho (2004) relata que não se pode pensar em cultura sem pensar que ela está dentro das sociedades, é formada por elas e, assim, recebe e exerce influência sobre sua formação. Não se pode separar a cultura da vida das pessoas, a cultura é inerente à pessoa e, assim, grupos formados por pessoas são grupos nos quais existem influências culturais.

Avaliar as políticas públicas na área da cultura permite identificar quais são os pontos falhos, de modo a conduzir a administração pública em uma ação organizada e direcionada para as reais necessidades de uma população, em face de seus direitos a serem preservados (SILVA; ARAÚJO; MIDLEJ, 2021).

Miranda, Rocha e Egler (2014, p. 26) definem que as iniciativas na área de cultura, no Brasil, apresentam três modelos ideológicos que baseiam seu desenvolvimento e aplicação, quais sejam:

- 1 – Política de dirigismo cultural - podendo ter como tônica principal a cultura popular ou não;
- 2 – Política de liberalismo cultural - que não defende modelos únicos de representação simbólica nem entende, necessariamente, que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população;
- 3 – Políticas de democratização cultural - baseadas no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo que não pode ficar à mercê das disposições ocasionais do mercado, devendo, portanto, ser apoiada em princípios consensuais.

Verifica-se, assim, que as ações em prol da cultura e de sua garantia como direito dos cidadãos podem ser dirigidas a questões culturais mais ou menos amplas. Podem apoiar-se na compreensão de que, quaisquer que sejam as expressões culturais, cabe ao Estado atuar para que sejam disseminadas, respeitadas e reconhecidas por todos. Ainda, poderão ser conduzidas como meio de democratizar a cultura enquanto um bem que não pode ser unicamente comercializado, mas deve ser livremente ofertado e acessado por todos (MIRANDA; ROCHA; EGLER, 2014).

Para que isso ocorra, porém, o planejamento das atividades precisa ser criterioso, voltado para as necessidades, expectativas e demandas da população, ou seja, é preciso ouvir os cidadãos para compreender o que esperam e, assim, planejar ações que realmente atendam as pessoas. Pode-se dizer que:

Então, o planejamento ou as projeções tornam-se exercícios constantes, procedimento típico destes modelos de agenciamentos de recursos para projetos culturais. Planejar eventos e sua necessária obtenção de recursos financeiros torna-se um imperativo permanente dos agenciamentos estatais, porque sem estes recursos, provavelmente, as políticas culturais e turísticas não se desenvolveriam, independentemente de sua forma, de seu conteúdo ou uso específico. No contexto, cultura e turismo tornam-se indissociáveis (SILVA, 2014, p. 211-212).

Neste estudo, as visões são apoiadas sobre o prisma da democratização cultural e liberalismo cultural, abordando de que formas os governos garantem acesso à cultura com a visão de que ela pertence a todos e deve ser acessada de forma livre, ampla e gratuita, sempre que possível.

Compreende-se que a garantia de cultura por meio de políticas públicas é uma necessidade em todos os contextos sociais, para que os cidadãos tenham acesso aos seus mais variados conceitos (enquanto arte, expressão das especificidades de uma população, tecnologia, ciência, etc.) (CUNHA, 2004), possam compreender, usufruir e tomar para si os benefícios que concernem aos seus interesses, necessidades e expectativas.

Em 2 de dezembro de 2010 foi promulgado o Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Lei n. 12.343. Os princípios do referido Plano foram elencados em seu art. 1º, e englobam:

Art. 1 [...]

I - liberdade de expressão, criação e fruição;

II - diversidade cultural;

III - respeito aos direitos humanos;

IV - direito de todos à arte e à cultura;

V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;

VI - direito à memória e às tradições;

VII - responsabilidade socioambiental;

VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;

IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;

X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;

XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;

XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais (BRASIL, Lei n. 12.343, 2010).

Percebe-se, pela análise do artigo supracitado, que a PNC não apenas define que todas as culturas devem ser expressadas livremente, como também deve haver garantia de livre acesso e fruição a todos os cidadãos. Cita, ainda, os direitos humanos e seu respeito, deixando evidente o reconhecimento da cultura como um desses direitos humanos desenvolvidos na esfera internacional e adotados pelo Brasil.

Na sequência procede-se de uma descrição do direito à cultura com foco específico no estado de Santa Catarina.

2.4 Direito à cultura em Santa Catarina

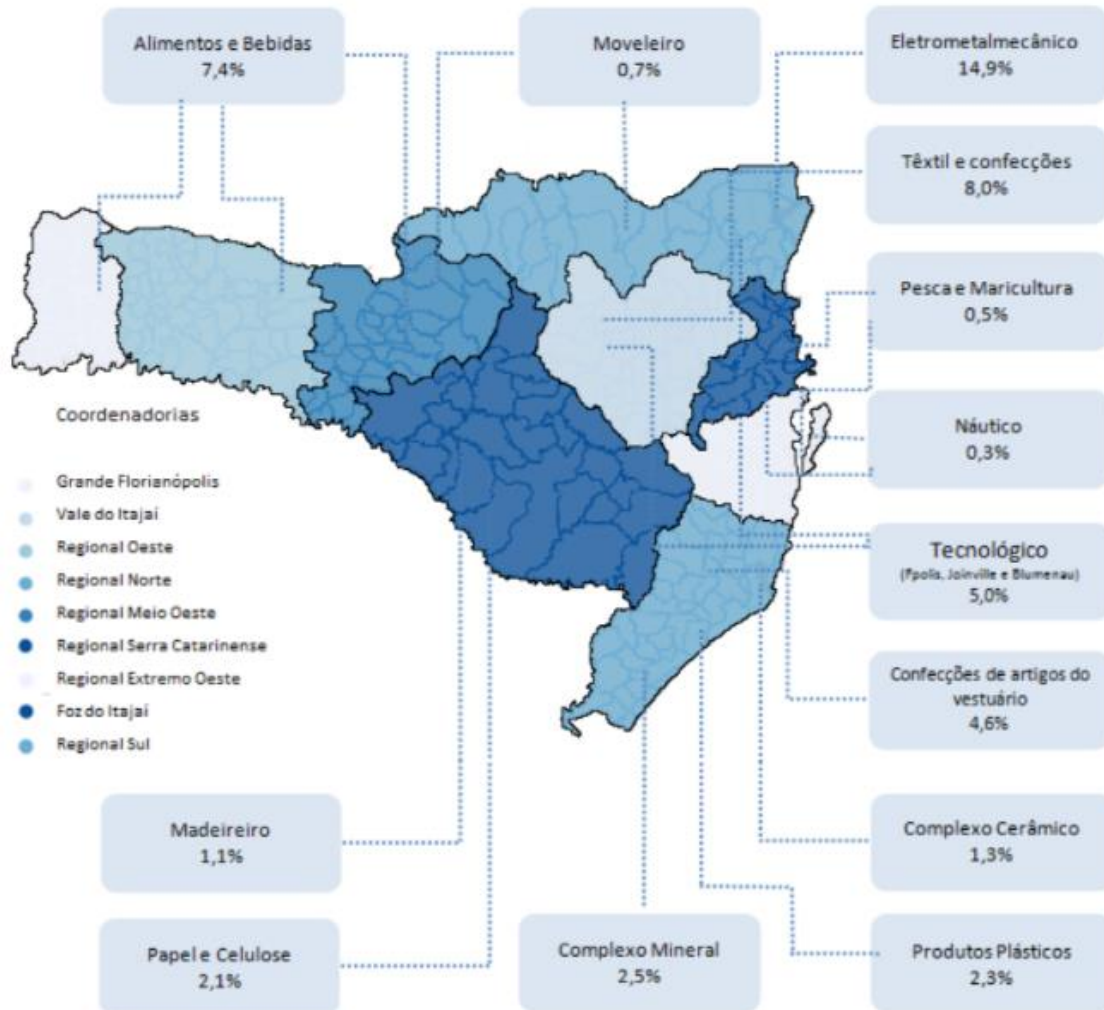
Santa Catarina localiza-se no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico nacional, Sul e Sudeste, em posição estratégica no Mercosul. Faz fronteira com o Paraná (ao Norte), Rio Grande do Sul (ao Sul), Oceano Atlântico (Leste) e Argentina (Oeste) e conta com 295 municípios (SANTA CATARINA, 2021).

A economia catarinense é diversificada, existem vários polos nas diferentes regiões do Estado. As atividades principais encampam agricultura, turismo, tecnologia, serviços,

construção civil, setor moveleiro e metal-mecânico, produção alimentar e de móveis, indústria de papel, celulose e da madeira, segmentos do vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico, e setor naval (SANTA CATARINA, 2021).

De acordo com o SEBRAE/SC - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (2013), as atividades econômicas e produtivas são assim divididas:

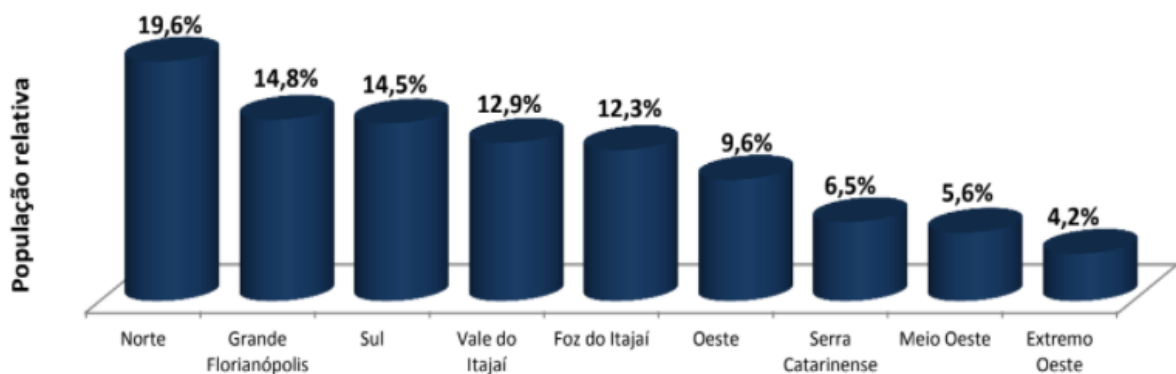
Figura 1: Divisão territorial e concentrações produtivas no estado de Santa Catarina



Fonte: SEBRAE/SC (2013, p. 11).

O Estado conta com 3,3% da população do país, sendo essa população distribuída nas Macrorregiões do seguinte modo:

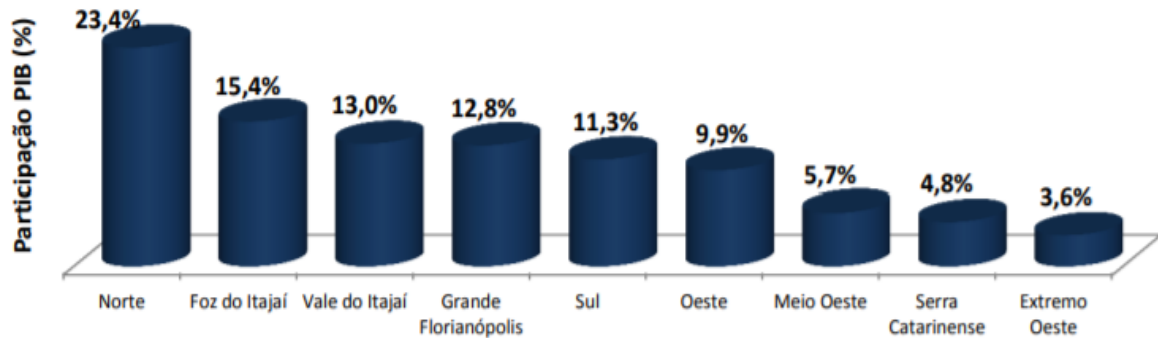
Figura 2: Distribuição da população nas Macrorregiões de Santa Catarina



Fonte: SEBRAE/SC (2013, p. 15).

O Estado contribui para 4% do PIB – Produto Interno Bruto do país. A contribuição de acordo com as macrorregiões se dá da seguinte maneira:

Figura 3: Contribuição das Macrorregiões para o PIB de Santa Catarina



Fonte: SEBRAE/SC (2013, p. 45).

Em 2018 foi instituído o Sistema Estadual de Cultura – SIEC, pela Lei n. 17.449 (SANTA CATARINA, 2018).

A referida lei define a colaboração entre estado e municípios para promover e garantir o acesso da população à cultura, garantindo os direitos culturais e desenvolvimento humano (art. 1º). Visa garantir o pleno exercício dos direitos culturais, respeito e valorização da diversidade cultural, incentivo à produção, disseminação e acesso à cultura, cooperação, integração com políticas públicas, transversalidade das políticas culturais, participação popular, atuação pública e privada de forma descentralizada para o acesso a esses direitos (art. 2) (SANTA CATARINA, 2018).

Verifica-se, assim, que o estado de Santa Catarina conta com ferramentas para fomentar as políticas públicas na área de cultura, definindo o dever dos municípios e a possibilidade de integração com ações privadas para que toda a população tenha acesso aos direitos culturais e, assim, o desenvolvimento humano seja garantido.

2.5 Direito à cultura em Bombinhas – SC

Bombinhas encontra-se na Macrorregião do Vale do Itajaí, tem 14.293 habitantes, 0,23% da população do estado de Santa Catarina, 49,67% da população são mulheres, 100% da população reside em região urbana, os adultos (20 a 59 anos) equivalem a 59,4% da população, os jovens 31,5% (0 a 19 anos), enquanto os idosos (60 anos ou mais) representam 9,2%. A incidência de pobreza no município é de 0,4% da população com renda familiar per capita de até R\$ 70,00, 2,6% com renda familiar per capita de até 50% do salário mínimo e

14,0% da população com renda familiar per capita de até 25% do salário mínimo (SEBRAE/SC, 2013).

As matrículas de alunos são destacadas na Figura 4.

Figura 4: Alunos matriculados por dependência administrativa em Bombinhas

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Total
2003	2.046	1.169	-	-	3.215
2004	2.229	1.248	-	-	3.477
2005	2.502	1.141	-	-	3.643
2006	2.318	1.192	-	-	3.510
2007	2.219	1.212	-	-	3.431
2008	2.205	1.271	-	-	3.476
2009	2.240	1.257	-	-	3.497
2010	2.287	1.256	-	-	3.543
2011	2.445	1.084	-	-	3.529
2012	2.618	999	-	-	3.617
% relativo em 2012	72,38%	27,62%	-	-	100,00%
Evolução no período 2003/2012	27,96%	-14,54%	-	-	12,50%

Fonte: SEBRAE/SC (2013, p. 32).

A distribuição desses alunos por modalidade de ensino está esclarecida na Figura 5, na sequência.

Figura 5: Alunos matriculados por modalidade de ensino em Bombinhas

Modalidades	Detalhamento	Alunos	% Relativo	% Modalidades
Educação Infantil	Creche	481	13,3%	22,3%
	Pré-Escola	327	9,0%	
Ensino Fundamental	1ª a 4ª série (Anos Iniciais)	1.128	31,2%	55,5%
	5ª a 8ª série (Anos Finais)	878	24,3%	
Ensino Médio		542	15,0%	15,0%
Ensino Profissional (Nível Técnico)		-	-	-
EJA (Presencial)	Fundamental2	101	2,8%	5,5%
	Médio2	99	2,7%	
EJA (semi-presencial)	Fundamental	-	-	-
	Médio	-	-	
Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)	Creche	-	-	1,7%
	Pré-Escola	4	0,1%	
	1ª a 4ª série (Anos Iniciais)	19	0,5%	
	5ª a 8ª série (Anos Finais)	27	0,7%	
	Médio	6	0,2%	
	EdProf. Nível Técnico	-	-	
	EJA Fundamental	4	0,1%	
	EJA Médio	1	0,0%	
TOTAL		3.617		100,0%

Fonte: SEBRAE/SC (2013, p. 33).

O Sistema Municipal de Cultura de Bombinhas e sua Política Municipal de Cultura constam da Lei n. 1363 de 12 de dezembro de 2013.

Sobre o conceito de Cultura, de acordo com o Sistema Municipal de Saúde – SMC, fica definido que:

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Bombinhas (BOMBINHAS, Lei n. 1363, 2013).

A respeito do papel da cultura no âmbito humano e social, ressalta-se no art. 4º, que define:

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Bombinhas (BOMBINHAS, Lei n. 1363, 2013).

No que tange as políticas públicas a serem desenvolvidas e implantadas visando a garantia de acesso à cultura no município, destaca-se:

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Bombinhas e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

(BOMBINHAS, Lei n. 1363, 2013).

Quanto à formulação dessas políticas, a legislação em comento destaca, no art. 6º, o que segue:

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Bombinhas planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no Município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz (BOMBINHAS, Lei n. 1363, 2013).

A referida lei encampa, de forma muito clara, a dimensão cidadão da cultura, ressaltando que:

Art. 16 Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17 Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos,

bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns (BOMBINHAS, Lei n. 1363, 2013).

Os dados apresentados deixam evidente que existe, no município, um conjunto de leis que estabelece a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas com foco na cultura e em seu valor enquanto integrante do rol dos direitos humanos.

Tanto a iniciativa pública quanto as iniciativas privadas devem atuar para que esses direitos se concretizem e abranjam a população em sua integralidade, de acordo com seus desejos e expectativas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta etapa elenca o percurso metodológico adotado para que os resultados esperados fossem alcançados, atendendo aos objetivos do estudo. A definição da metodologia de pesquisa é uma etapa essencial para que um estudo seja conduzido de forma organizada, clara, coerente com seus objetivos e passível de apresentar diferentes percepções sobre um mesmo tema, tornando o estudo acadêmico ou científico mais confiável e representativo da realidade que se encontra sob análise e interpretação (GIL, 2010).

Para isso, é preciso compreender quais são os delineamentos metodológicos disponíveis e definir aqueles que apresentam maior potencial de conduzir aos resultados esperados. A definição do percurso metodológico deve ser um dos primeiros esforços do pesquisador, pois essa definição norteia as atividades que deverá realizar na sequência, para os processos de início, intermédio e fim do estudo em desenvolvimento (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Inicia-se apresentando uma caracterização da pesquisa idealizada para o andamento do presente estudo.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo constitui-se como uma revisão de literatura com base em publicações de livros e artigos focados na cultura, seu significado, papel na construção social, acesso, políticas públicas na área e resultados para a vida da população. As revisões de literatura levam o autor a proceder de um compilado de dados disponíveis para confirmar ou refutar uma ideia a respeito de um tema específico (GIL, 2010).

O estudo tem um cunho descritivo, por meio do qual o esforço é para apresentar uma realidade com a descrição de suas características e fatores que sobre ela incidem, muitas vezes abrangendo uma vasta população e com resultados amplos (GIL, 2010).

Dentro da revisão de literatura é necessário conduzir a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), é parte integrante dos mais diversos estudos na comunidade acadêmica, científica e em muitas outras áreas. Por meio dela são identificados escritos já publicados e que apresentam resultados obtidos por seus autores, esclarecendo o tema e permitindo formular hipóteses que poderão ser confirmadas ou descartadas pelo aprofundamento do estudo.

3.2 Classificação da pesquisa

O estudo foi conduzido a partir de um estudo de caso baseado em moradores de Bombinhas – SC, mas especificamente aqueles que sejam ou tenham sido alunos das oficinas culturais locais, nas mais diversas áreas, para alcançar a percepção quanto aos resultados, visões, críticas e elogios que esses ex-alunos podem apresentar.

Os dados coletados nesta etapa foram apresentados de forma quantitativa, por meio de quadros, tabelas e gráficos, de forma a esclarecer quais foram os resultados obtidos pelos questionamentos aplicados.

3.3 Delimitação do universo da pesquisa

Foram coletados dados de entrevistas com alunos e ex-alunos das oficinas culturais da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas – SC. Foram enviadas cartas de apresentação destacando os objetivos do estudo e a importância da participação.

O intuito é identificar quais foram os impactos positivos percebidos por esses grupos sobre a vida e desenvolvimento dos participantes. Com isso, é possível ressaltar se as políticas públicas são efetivas, bem organizadas e se atingem a uma ampla parcela da população, como deveria ser seu cunho de acordo com a legislação vigente.

Após a realização das entrevistas foi definido um perfil demográfico dos entrevistados (escolaridade, sexo, faixa etária, etc.), como forma de identificar se existem diferentes visões de acordo com o perfil da população que participa das investigações do estudo.

3.4 Técnicas de Coleta e Análise de Dados

Além dos dados das entrevistas, foram coletados e avaliados dados da realidade local. Esses dados foram complementados pelo levantamento de informações da gestão municipal a respeito das políticas desenvolvidas nos últimos anos, investimentos, origem de recursos, atividades realizadas, entre outros dados.

Os documentos foram cedidos pelo Fundo Municipal de Cultura de Bombinhas – SC, bem como pela Prefeitura Municipal de Bombinhas – SC para livre consulta e divulgação dos dados, por se tratarem de dados públicos e que se enquadram como atividades de transparência da gestão municipal. Assim, essas informações podem ser acessadas nos sites de transparência dos órgãos da administração pública municipal e representam os dados do setor.

Além disso, foram coletados depoimentos por meio de formulário no *Google Forms*. O grupo entrevistado engloba ex e atuais alunos das oficinas culturais da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas – SC. Foi solicitado que os pais também fornecessem algumas respostas com o intuito de identificar seu grau de satisfação (ou insatisfação) com os resultados desses programas sobre a vida de seus filhos.

Para o grupo de alunos e ex-alunos, o formulário consiste da coleta de informações com foco na compreensão dos resultados positivos das oficinas culturais sobre suas vidas (âmbito social, cultural, artístico, etc.).

Foram apresentados gráficos e tabelas que melhor apontam para os resultados alcançados pela pesquisa. Trata-se, assim, de uma análise quali-quantitativa, que além de ater-se aos valores identificados no estudo, se apoiará em processos comparativos entre os resultados alcançados e a literatura disponível.

Nesse tipo de pesquisa há um intuito mais amplo, que além de dados numéricos que caracterizam uma população, visa apresentar tendências que representam uma realidade incidente em determinado local ou sobre fenômenos específicos (MARCONI; LAKATOS, 2010).

No período de um ano, mais de 2.500 mil pessoas passam pelos diferentes projetos culturais da prefeitura, seja aqueles de um dia ou aqueles de duração maior. Para este estudo, foram obtidas respostas de 26 participantes, entre alunos e ex-alunos dos projetos culturais da prefeitura de Bombinhas – SC.

3.5 Perspectiva do estudo

Foram comparadas as perspectivas dos alunos e ex-alunos, além de uma comparação com os relatórios oficiais emitidos para verificar se, de fato, estão sendo alcançados os resultados esperados e necessários para os projetos, com melhor aproveitamento dos recursos públicos. Como esses projetos são desenvolvidos com base em recursos públicos (em sua maioria), é preciso haver uma prestação de contas que demonstre aos cidadãos como o dinheiro de seus impostos vem sendo investido e os resultados que gera.

Nesse sentido, acredita-se que foi possível demonstrar os programas na área de cultura, as políticas públicas e iniciativas, seus impactos e benefícios sobre a população, bem como seu enquadramento de acordo com o que define a legislação vigente, apontando se respeitam ou não a questão a cultura como um dos direitos humanos assegurados em lei.

3.6 Limitações do método

Como limitações do estudo destaca-se a possível dificuldade de conseguir contato e obter respostas de 100% dos alunos e ex-alunos das oficinas culturais. Mesmo que haja um cadastro atualizado, é possível que os contatos de alguns tenham mudados ou que não desejem participar da pesquisa.

O fato é que no presente estudo foram enviadas 2005 entrevistas, mas somente 26 respostas foram obtidas, 203 e-mails retornaram como erro, o que demonstra que muitos endereços eletrônicos mudaram ou que foram informados erroneamente. Os demais alunos e ex-alunos contatados não manifestaram interesse em participar do estudo e prestar seus esclarecimentos, compartilhar suas opiniões e impressões.

Quanto ao escopo, acredita-se que uma das limitações é não envolver a população em geral para compreender como percebem essas oficinas, se compreendem seus benefícios e se sabem que podem ter acesso a elas. Sem avaliar a percepção a população em geral, não é possível concluir de forma definitiva se os programas oferecem acesso a todos os cidadãos ou se apenas algumas parcelas ou grupos são atingidos e atendidos.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta etapa são apresentados os resultados obtidos a partir das duas abordagens aplicadas:

Entrevistas com alunos e ex-alunos;

Análise dos documentos do município de Bombinhas – SC.

Nesse sentido, a apresentação de resultados foi categorizada, conforme etapas acima, para maior clareza e compreensão do tema.

4.1 Entrevistas com alunos e ex-alunos;

Foram obtidas respostas de 26 participantes, entre alunos e ex-alunos dos projetos culturais da prefeitura de Bombinhas – SC. Não são divulgados dados que permitam a identificação dos participantes, visando manter o sigilo necessário nos estudos que envolvem humanos.

Quanto ao sexo dos participantes, apresenta-se a Figura 6.

Figura 6: Sexo dos participantes

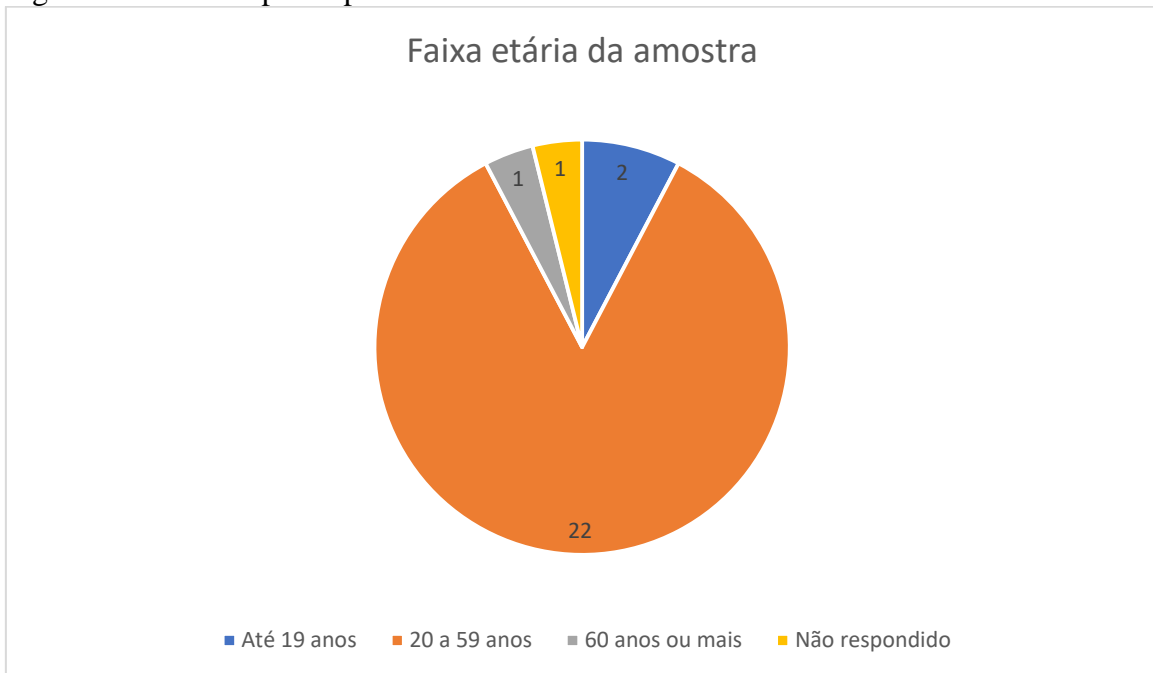


Fonte: Dados do estudo (2021).

Verifica-se que 92,3% da amostra é composta por mulheres.

As faixas etárias constam da Figura 7.

Figura 7: Idade dos participantes

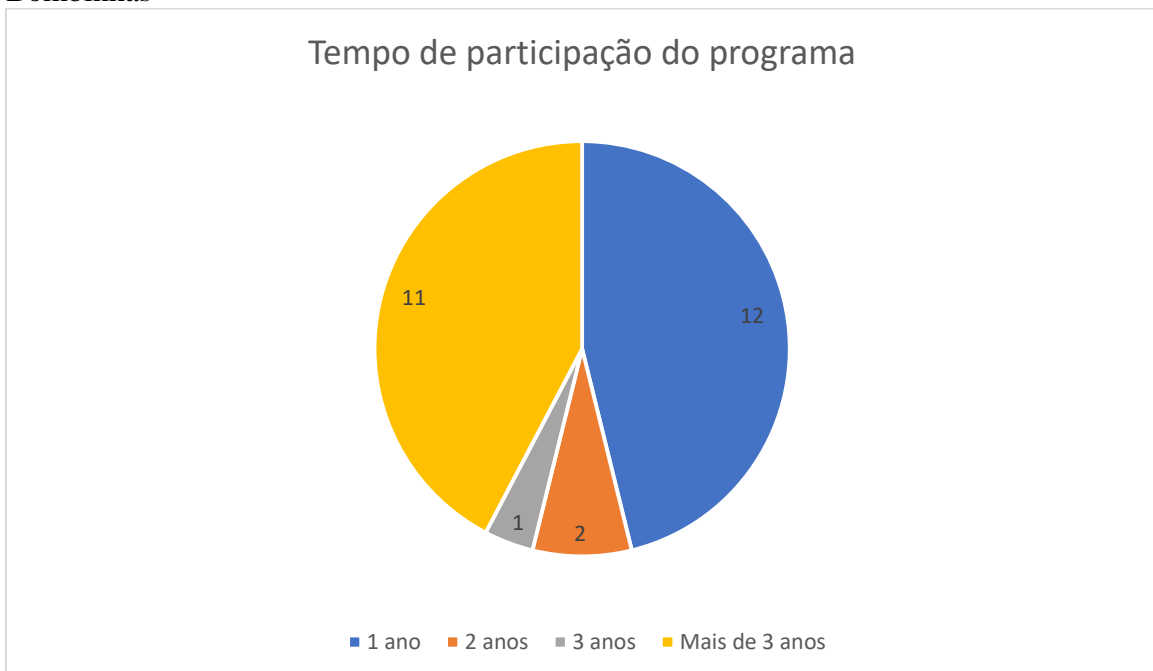


Fonte: Dados do estudo (2021).

Os dados apontam que 84,6% da amostra encontra-se na faixa etária de 20 a 59 anos.

O tempo de participação dos projetos culturais da prefeitura de Bombinhas é esclarecido na Figura 8.

Figura 8: Tempo de participação dos programas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas

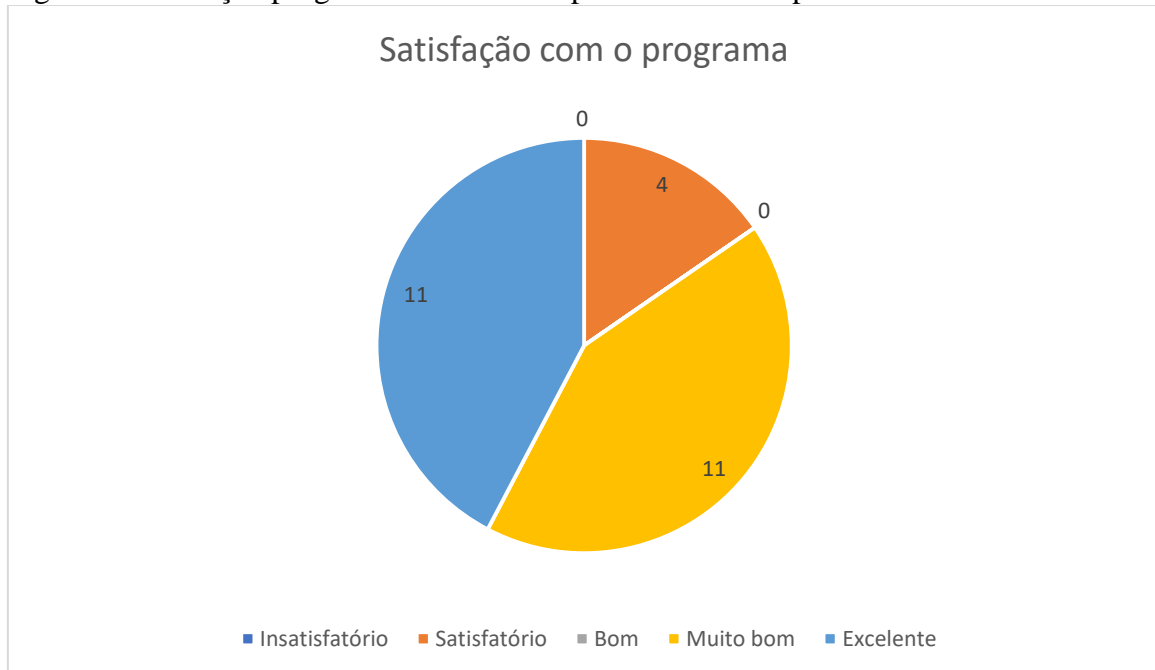


Fonte: Dados do estudo (2021).

Pode-se destacar que 46,2% da amostra participa dos programas há um ano, enquanto 42,3% participam há mais de 3 anos.

O nível de satisfação com o aprendizado dos participantes poderia ser classificado como insatisfatório, satisfatório, bom, muito bom e excelente. Os resultados são demonstrados na Figura 9.

Figura 9: Satisfação programas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas

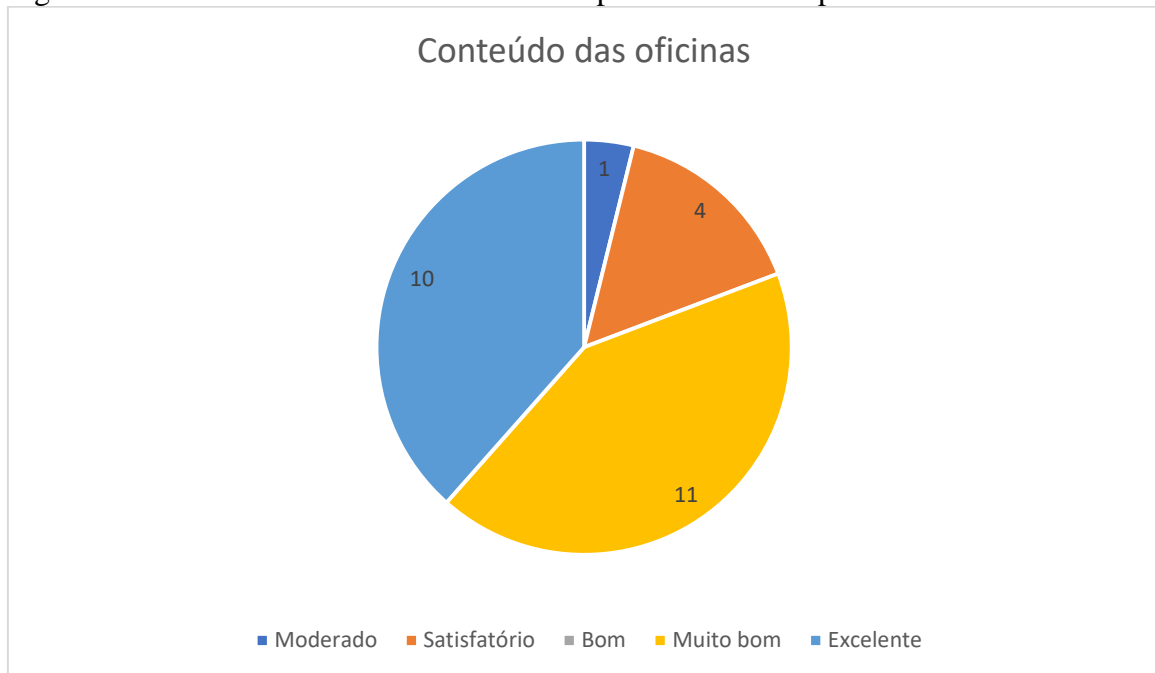


Fonte: Dados do estudo (2021).

Neste caso, demonstrou-se de 42,3% acharam muito bom e 42,3% acharam excelente, 15,4% acharam os programas satisfatórios e nenhum respondente citou que seriam insatisfatórios ou bons.

O conteúdo das oficinas poderia ser classificado como insatisfatório, satisfatório, bom, muito bom e excelente. Os resultados são demonstrados na Figura 10.

Figura 10: Conteúdo das oficinas culturais da prefeitura municipal de Bombinhas

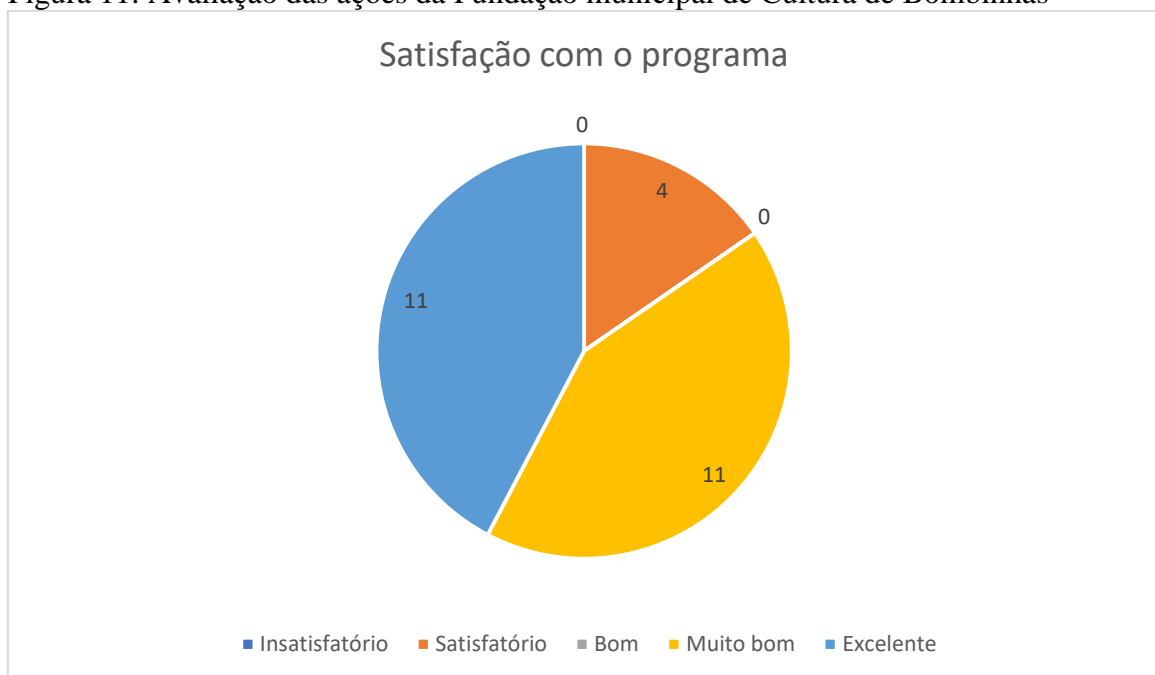


Fonte: Dados do estudo (2021).

Percebe-se que 42,3% classificam os conteúdos como muito bons e 38,5% consideram excelente.

As ações da Fundação municipal de cultura poderiam ser classificadas como insatisfatória, satisfatória, boa, muito boa e excelente. Os resultados são demonstrados na Figura 11.

Figura 11: Avaliação das ações da Fundação municipal de Cultura de Bombinhas



Fonte: Dados do estudo (2021).

Foram realizados 3 questionamentos abertos para compreender a visão dos entrevistados. As respostas serão apresentadas na íntegra, citadas como respondente 1 – R1, respondente 2 – R2 e assim sucessivamente, para que os dados dos participantes não possam ser identificados.

O primeiro questionamento foi: Quais aspectos do curso do "Projeto Oficinas Culturais" que você, ou, seu filho(a) praticou foram mais úteis ou valiosos? As respostas mais relevantes são apresentadas na sequência.

R1: Os profissionais são muito talentosos, compartilhar com as pessoas da cidade aprendendo algo novo foi incrível.

R3: O canto influencia não apenas no cotidiano mas no estado de espírito e pode ser aplicada as técnicas em outras áreas sem se perceber também!

R4: A manutenção do saber, o desenvolvimento criativo e autoral em oportunidades de expressão cultural e artística

R9: A qualidade e dedicação dos professores e dos funcionários da casa da cultura.

R11: O aprendizado de um saber cultural bombinense que se preocupou com a manutenção da tradição dos habitantes nativos

R13: Sensibilização à arte (meu filho é autista), despertar profissional (no meu caso).

R15: O desenvolvimento da comunicação, criatividade e auxílio na capacidade de busca de soluções para assuntos cotidianos que envolvem as habilidades correlatas ao desempenho sociocultural.

R17: No âmbito de formação cultural está sendo valioso poder ampliar as experiências no entorno do conteúdo em ações diretas e práticas.

As respostas indicam que qualidade, interação, aprendizado, fortalecimento da cultura, movimentos e artes, todos foram fatores valorizados pelos participantes. As diferentes oficinas foram relatadas como sendo úteis e com ampliam contribuição, o que abre espaço para o desenvolvimento de cada vez mais novas e variadas oficinas e, assim, além de alcançar um público maior, de diferentes perfis, aqueles já contemplados anteriormente podem seguir participando e adquirindo novos saberes e oportunidades.

A qualidade das ações dos professores é citada nas respostas como um aspecto importante das oficinas e indica que as pessoas adentram esses projetos com intuito de obter resultados, alcançar melhorias para si ou para os filhos que são matriculados nessas atividades, o que depende, em boa medida, da qualidade das atividades e dos professores envolvidos.

Sovik (2014, p. 173) ressalta que “os projetos socioculturais são uma faceta da transformação do espaço público nacional nos últimos 20 anos”. Compreende-se, assim, que esses projetos têm a capacidade de alterar não apenas as pessoas, mas os espaços em que estão inseridas, gerando melhores condições para a construção de seu futuro e da sociedade em que estão integradas.

O segundo questionamento aberto foi: na sua opinião, como o "Projeto Oficinas Culturais" agrega valor na cultura bombinense?

R1: Moradores mais felizes, mais talentosos, compartilhando conhecimento, aptos a mostrar para quem vem de fora um novo nível de qualidade de vida.

R3: Com ocupação útil e favorável para os jovens e também crescimento cultural e pessoal para os adultos

R4: Ele cria uma linguagem cultural aguçada nas pessoas, faz crianças adolescentes e adultos se apropriarem e se encantaram pela cultura local. É um referencial de inclusão na cidade!!!

R16: As oficinas preparam o indivíduo desde cedo, em idade, para conquistarem uma vida em comunidade com propósitos que vão além dos técnicos em suas áreas temáticas, com disponibilização de profissionais capacitados e qualificados que estão à frente dos trabalhos, oferecendo ambientes propícios ao desenvolvimento humano, cognitivo e social.

R18: Agrega conhecimento além de educar o cidadão com a didática proporciona o entendimento da expressão sendo ela artística, musical e ou de tradições etc.

R21: Principalmente na formação de seres humanos melhores, na autoestima, e na valorização dos saberes. É importante também para que sejamos um povo que respeita o ser e não apenas o ter.

R24: Movimenta a população na cultura e enriquece a cidade de forma subjetiva

R25: As crianças crescem com responsabilidade e educação, sem dizer que aprendem coisas que não se aprende em casa, e até os pais e amigos acabam participando de alguma forma!!

Para todos os participantes, os motivos citados foram variados, porém, todos afirmaram que as oficinas culturais agregam valor à cultura local e seu acesso pelos cidadãos. A manutenção da cultura foi destacada de diferentes formas em diferentes respostas, demonstrando que há entre a população a valorização por notícias que têm foco nesse quesito, destacar a cultura local e fazer com que se fortaleça, se mantenha entre as gerações mais jovens.

É preciso compreender que “o impacto dos projetos sobre a cena pública nacional vem, em parte, da reconhecida relação entre autorrepresentação e capacidade de ação” (SOVIK, 2014, p. 174). Compreende-se, nesse sentido, que pessoas que têm acesso a variados projetos socioculturais, que aprendem a expandir seus horizontes, alcançam novos conhecimentos e ampliam suas habilidades/capacidades, também estarão preparadas para agir de forma mais adequada em seu papel de cidadãos.

Nesse sentido, surge espaço para o desenvolvimento de medidas visando alcançar públicos mais jovens, o que permitiria que as questões culturais fossem fortalecidas mais cedo e, assim, se tornassem mais efetivas.

Por fim, questionou-se: Na sua opinião, qual tem sido a importância das Políticas Públicas de Cultura sobre a população bombinense?

R1: Sem cultura não somos nada. O ser humano precisa estar em comunhão, em contato com a arte, com a história local, com as pessoas. Principalmente durante o período que passamos, foi de extrema importância poder recorrer a arte como cura.

R4: Muito grande, significativa, pois ampliou pontos de trabalho, profissionalizou, humanizou a categoria. Está cada vez mais organizada e já é referência no Estado. Através do conselho de políticas culturais temos voz e informação para o setor.

R5: A pandemia nos apontou a indispensabilidade das Artes, das artesanais e das linguagens da cultura, precisamos delas P expressar que estávamos vivos e resistindo... manter o espaço e ações de incremento foram precisos para ajudar esta

comunidade se fortalecer, se cuidar, recuperar a saúde psicológica e social. A FMC de Bombinhas manteve as portas abertas para isso é fez toda diferença

R6: Amplia o conhecimento da população que reside na cidade que pode apresentar Bombinhas com um viés cultural e não só de lazer

R10: Enriquecimento pessoal dos participantes, ajudando a encontrar novos interesses e fomentando também a integração da população do município.

R12: Verifico um grande orgulho de ser nativo bombinense na população e para os novos moradores, uma admiração pela gestão cultural da cidade

R14: O entendimento de política pública cultural é algo ainda em construção para a comunidade, embora a população ainda não entenda a definição e sua aplicabilidade, o órgão gestor da pasta em Bombinhas vem cumprindo seu papel e metas, e ampliando cada vez mais a aplicação tanto na manutenção da cultura tradicional, na salvaguarda do patrimônio cultural, no acesso á cultura e incentivo da diversidade cultural tanto no ensino, caso do Projeto Oficinas Culturais, quanto no propiciar a arte em todas os bairros, quer seja por meio de contratações diretas de artistas, ou por meio de editais com recurso público

R16: A importância destas políticas públicas reside no número de pessoas que se beneficiam de um serviço público de qualidade capaz de alcançar crianças, jovens, adultos, idosos, de todos os gêneros, transformando a cada ano estas pessoas em células da sociedade que produzem bem estar, dignidade, compreensão, bons relacionamentos que propagam saúde e bem estar, bem como, tem a grande missão de entregar ao município e à sociedade, pessoas qualificadas nas áreas oferecidas, como profissionais da música e artesanato por exemplo.

R18: Ela é importante para fiscalizar e deliberar e cobrar ações diretas e de fundos direcionados a cultura do município atendendo as demandas da população em questão

R22: É de grande valor, ajuda na integração social, melhora a autoestima dos envolvidos e traz melhorias na qualidade de vida, na socialização dos munícipes

R23: Acho muito especial a forma com que a cultura é tratada aqui, nunca tinha visto isso nos outros lugares que morei

R25: Vejo que alguns eventos relacionados a cultura Bombinense agrega muito para a população saber mais sobre como era no passado e como está hoje, com a cidade evoluindo aceleradamente com os devidos cuidados ambientais para um futuro sem prejuízos para a população!

Todos os participantes relataram que a importância das políticas públicas de cultura, mas em duas respostas foi sugerido uma divulgação maior sobre elas e seu acesso, além dos resultados, para que a compreensão de sua importância e valor por todos os munícipes. Isso evidencia que apesar da satisfação dos entrevistados e sua percepção clara sobre a importância dessas ações para a população do município, há espaço para iniciativas de divulgação que poderão deixar esses esforços mais visíveis e gerar maior satisfação entre a população.

Sobre a compreensão dos projetos no contexto social, Sovik (2014, p. 175) afirma que “é preciso entendê-los como parte estrutural da sociedade, ou seja, precisa-se de um método menos retórico, mais conceitual, para entender seu sentido social”.

Percebe-se, assim, que a própria população deve compreender que os projetos socioculturais não são ofertados como um favor, uma gentileza dos governantes para a população, mas enquadram-se como um direito legalmente assegurado e que deve ser provido pela Administração Pública, ao mesmo tempo em que a população tem o direito de cobrar que esses projetos ocorram, que tenham qualidade e que alcancem um número cada vez maior de cidadãos.

Um ponto negativo levantado foi a falta de ampla divulgação dos projetos e dos objetivos que esses projetos apresentam, o que se deseja obter, quais os benefícios que os participantes deverão alcançar, etc.

Na sequência são apresentados dados extraídos dos relatórios municipais.

4.2 Análise dos documentos do município de Bombinhas – SC.

Ofertar projetos socioculturais deve ser uma das preocupações da administração pública visando assegurar que seus cidadãos tenham acesso a novos saberes, para manter a cultura local sob um olhar de valorização e para que essa seja compartilhada, não seja de conhecimento e acesso de apenas uma parte da população, o que em geral ocorre com a parcela da população mais privilegiada em termos econômicos.

Sobre isso, Lóssio e Pereira (2007, p. 3) esclarecem que “em boa medida, devemos dizer que a cultura popular envolve também o espaço público, projetos de políticas culturais para o desenvolvimento local”.

No relatório das atividades de 2016, algumas iniciativas em prol da cultura e acesso a ela foram elencadas.

1º - blog com notícias e registros do patrimônio cultural – Jornalista Márcia Cristina Ferreira;

Trata-se de um esforço para que o acesso a dados referentes ao patrimônio cultural seja cada vez mais divulgado e conhecido pela população e visitantes do local.

2º - Informativo semanal encaminhado ao mailing cadastrado, com mais de 3.000 contatos. Em 2016 foram 31 informativos encaminhados. No período eleitoral, não foi feita a divulgação das atividades, em função das vedações legais.

Esses informativos esclarecem a população sobre o que vem sendo feito e, assim, além de compreenderem como são investidos recursos e desenvolvidos projetos locais, os munícipes têm dados que permitem avaliar de forma positiva ou negativa os resultados e ainda podem cobrar das autoridades locais que medidas mais efetivas sejam adotadas para alcançar a toda a população, tanto local quanto turistas, quando relevante.

3º - Oficinas culturais: Em 2016, o Projeto Oficinas Culturais abriu 934 vagas, distribuídas em 17 atividades: Artes (6 turmas), Ballet (6 turmas), Canto Coral Adulto (01 turma), Canto Coral Infante Juvenil (2 turmas), Dança Açoriana (1 turma), Dança para 3º Idade (2 turmas), Dança Adulto (3 turmas), Dança de Salão (1 turma), Hip Hop (01 Turmas), Flauta Doce (2 turmas),

Guitarra (2 turmas), Libras para Coral (2 turmas) Musucalização Infanto Juvenil (4 turmas), Percussão (2 turmas), Técnica Vocal (3 turmas), Violão (29 turmas) e Violino (14 turmas).

As oficinas culturais contribuem para a formação em médio e longo prazo de cidadãos com novas habilidades, capacidades mais desenvolvidas, além de demonstrar que as pessoas têm diante de si uma série de opções não apenas para lazer e diversão, mas que podem se constituir em carreiras profissionais se forem bem desenvolvidas, gerando renda e maior satisfação, além de melhorar as condições de vida.

4º - Corrida de embarcação a remo: Aconteceu no dia 13 de março, na Praia de Bombinhas. Contou com a participação de 15 equipes, nas categorias 4 remos (7), 2 remos (8) e 2 remos feminino (6).

5º - Pirão cultural: Ocorreram 5 edições do evento, reunindo cerca de 250 participantes.

As duas atividades anteriores possuem a características de integração, de permitir que as pessoas se reúnam para participar ou apenas para assistir e prestigiar, gerando uma troca de saberes, experiências e vivências entre essas pessoas.

6º - Tarde do beijú: Evento tradicional da comunidade, que acontece desde 2013, em parceria com o Instituto Boimamão. Em 2016, foram 4 edições (maio, junho, julho e setembro), reunindo mais de 300 participantes, entre alunos da rede pública de ensino, comunidade e turistas. Apesar de ser evento mensal, os meses de abril, agosto e outubro, não tiveram edição do evento em razão das fortes chuvas.

Trata-se de um evento de curta duração, apenas visando envolver diferentes parcelas da população para que as pessoas tenham maior integração com os demais, além de maior integração com os esforços socioculturais locais.

7º - Engenho da beilica: O engenho, doado ao município, terminou de ser montado no mês de março. O engenho aguardo término da execução do projeto (banheiros e área externa) para ser inaugurado.

8º - Projetos do FMC: O Fundo Municipal de Cultura, que aprovou 7 projetos em 2015, teve a execução destes em 2016.

- Projeto “Minha Tribo”
- Projeto “A eira, a roda e o tempo”
- Projeto Farpas de Palmeira”

9º - Fórum Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas: Realizado no dia 23 de junho, no Plenário da Câmara de Vereadores, o Fórum foi o pontapé inicial para a elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que está sendo elaborado por Grupo de Trabalho eleito no Fórum.

São projetos de incentivo à cultura que podem ser levados para a vida e para o cotidiano dos munícipes e turistas envolvidos, pois estimulam a leitura e a busca por novos conhecimentos e pelo desenvolvimento dos conhecimentos já existentes.

10º - Baile de Carnaval Infantil: Realizado pelo terceiro ano consecutivo na Casa de Cultura “Piana do Crivo”, em 2016 aconteceu no dia 07 de fevereiro, com a participação de mais de 300 pessoas.

11º - Balaio Cultural: Feira popular que reúne artes, artesanato e gastronomia no espaço da feirinha de verão, na rua parati, é organizado pelo Grupo de Artistas e Artesãos de Bombinhas, mas teve ideia inicial da Fundação Municipal de Cultura, que apoia todas as edições. Foram 7 edições, de junho a dezembro, acontecendo nos segundos domingos de cada mês.

12º - Pijama Literário: Projeto da Biblioteca Pública Municipal Cruz e Sousa, levou 15 crianças, selecionados entre seus leitores mais frequentes, a passarem uma noite na biblioteca. Foram diversas atividades, como elaboração de fanzine, filme, jantar com sopa, dança, contação de histórias. Cada participante ganhou um kit, com itens de higiene dental, caderno, caneta, e máscaras para dormir. Na manhã seguinte, foi feito um café da manhã para confraternização entre pais e crianças.

13º - Oficina “Entre Retalhos”: Projeto voluntário da Artesão Carine Laranjeira, reuniu mais 22 crianças para aprender a arte da costura e retalhos. A Fundação apoiou o projeto, disponibilizando espaço físico e certificados.

14º - Mostra de Cinema Infantil: A 5º Mostra de Cinema Infantil de Bombinhas aconteceu entre os dias 24 e 28 de outubro, no Cineclube “Pescadores em Rede”, localizado na Casa de Cultura “Piana do Crivo”, em Morrinhos. Reuniu mais de 921 participantes, com a exibição de 10 filmes.

15º - 23º Açor: Mais uma vez Bombinhas foi destaque na Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina. A edição de 2016 aconteceu em Itajaí, entre os dias 11 a 13 de novembro.

Esta edição aconteceu como programação integrante da Marejada. Destacamos o Diretor da Fundação, Luiz Antônio Patrício, que foi agraciado com o Troféu Açorianidade Ilha da Graciosa – Pesquisador. Bombinhas participou do evento com stand institucional, Boi de Mamão “Eira Meu Boi”, Grupo de Dança Açoriana “Roda de Eira”, Grupo Folclórico Mixtura, além de integrar o desfile etnográfico com todos os grupos.

16º - Participação na BNT: A Feira de Negócios Turísticos – BNT, aconteceu nos dias 20 e 21 de maio, no Centreventos de Itajaí. Foi representado com stand, da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. A Fundação Municipal de Cultura integrou a equipe, representando a cultura local, através da gastronomia, artesanato e folclore. O Grupo Folclórico Mixtura também

participou do evento com apresentação de dança folclórica, além de intervenção com renda de bilro da artesã Carine Laranjeira.

17º - Intercâmbio Cultural Bombinhas x Açores: Pela primeira vez, a gestão cultural de Bombinhas viajou até os Açores. A presidente da Fundação Municipal de Cultura, Nívea Maria da Silva Bucker, e o Diretor, Luiz Antônio Patrício, viajaram ao arquipélago entre os dias 08 e 22 de agosto, com o objetivo de conhecerem a gestão cultural açoriana e conhecerem o Festival de Folclore, FolkAçores, na Ilha Terceira. Foram nove visitas oficiais, além de entrevistas e coleta de material, entrevistas a duas rádios (uma na ilha do Pico e outra *online* para Rádio da Ilha da Madeira) e participação na Conferência Internacional de Folclore.

18º - Grupos Açorianos em Bombinhas: No dia do evento, Bombinhas recebeu a visita do grupo açorianos da cidade de Lajes das Flores, Ilha das Flores. A comitiva visitou Bombinhas através de indicação do Núcleo de Estudos Açorianos, da Ufsc.

O grupo, formado por Luiz Maciel (Presidente da Câmara das Lajes do Pico), José Gabriel Eduardo (presidente da Câmara de Vereadores) e José Serpa (músico e construtor de violas) acompanhado por sua esposa Luisa Silveira, foi recepcionado pelo Grupo Folclórico Mixtura e pela Prefeita Ana Paula da Silva e vice Paulo Henrique Dallago Muller, bem como por funcionários da FMC.

19º - Oficina de Pão por Deus: Realizada em 09 de novembro, a oficina teve por objetivo repassar a tradição do Pão por Deus a alunos das oficinas de Artes e Dança Açoriana. Os pães feitos pelos alunos, foram entregues como presentes aos funcionários da Secretaria de Obras e Vereadores. Os pães foram feitos por Nivalda do Espírito Santo, e confeitados por funcionárias da Casa de Cultura. A oficina foi ministrada aos alunos pela presidente da FMC, Nívea Maria da Silva Bucker.

20º - Contação de Histórias: A Biblioteca Pública Municipal promoveu atividade de contação de histórias com a atriz Sandra Baron. O evento reuniu alunos da rede pública de ensino, e entregou exemplares do Livro Infantil “Ana Cigana” às escolas.

21º - Roteiro Cultural: A FMC participa da organização do Roteiro Cultural da Costa Verde e Mar, fomentando a participação dos artistas, artesãos e empresários.

22º - 1º Seminário Interno de Planejamento da FMC: Durante os dias 19, 20 e 21 de dezembro, os trabalhos, conduzidos pela presidente da FMC, Nívea Maria da Silva Bucker, tiveram o objetivo de realizar um diagnóstico da gestão e traçar objetivos para os próximos anos.

Os projetos elencados acima demonstram que existem esforços em áreas variadas, alguns são de curta duração, outros envolvem os participantes por períodos mais longos. Apesar das diferenças, todos esses projetos são importantes por gerarem incentivos e estímulos ao

desenvolvimento, capacitação, desenvolvimento de habilidades variadas, além da integração da população e de sua compreensão sobre os projetos existentes.

Apoio a Grupos e Associações Culturais:

Apoio na realização dos eventos promovidos pela Associação Cultural Zé Amândio (Festa da Roça e Festival da Primavera).

Subvenção aos Grupos Culturais: Associação Folcórica Mixtura, Associação Cultural Zé Amândio e Instituto Boimamão

Apoio na divulgação das atividades dos grupos folclóricos, artistas locais e convidados

Apoio ao Grupo de Artistas e Artesãos de Bombinhas na organização do Balaio Cultural

Participação em Eventos e ações de Benchmarking

11º Edição do Encontro de Terno de Reis de Camboriú com a presença do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente de Morrinhos

Participação na 7ª Corrida do Pescador de Garopaba

Dance Kids - 30/06 Joinville - Mostra – Sofia Lessa

27º Festival de Dança do Shopping Itaguaçu, São José 28/09 - Mostra - Sofia Lessa

V Santa Catarina Dança - CIC - Florianópolis – Participação de 8 bailarinas: quarteto (Maria Eduarda, Maria Fernanda, Tabata e Francielle), Solo - Freedom (Maria Patricia)

Duo- Lay me Down (Fernanda e Talita) - 3º lugar e o Red Queen, Sofia Lessa 2º lugar

2º Festival Sete Artes, do Shopping Via Catarina, Palhoça, Mostra 22/10 Participação de 8 bailarinas: quarteto (Maria Eduarda, Maria Fernanda, Tabata e Francielle), Solo -

Freedom (Maria Patricia) Duo- Lay me Down (Fernanda e Talita) - e Red Queen, Sofia Lessa

Mostra de dança da FAPAG, Porto Belo, 29/10

Abydos Festival de Dança - 10 e 11 de dezembro. Competição com 5 coreografias. Troféu de 2º lugar na categoria solo feminino infantil - red Queen, Sofia Lessa

Balaio Cultural, Bombinhas, 13/11 Participação de 8 bailarinas: quarteto (Maria Eduarda, Maria Fernanda, Tabata e Francielle), Solo - Freedom (Maria Patricia) Duo-Lay me Down (Fernanda e Talita) - e Red Queen, Sofia Lessa

Coral Infante Juvenil: participação nos eventos: Balaio Cultural, Abertura de Verão

Coral Municipal participação nos seguintes eventos: Cultura na Rua, Mostra de Talentos do Maria Rita Flor, Pirão Cultura de outubro e Abertura de Verão

Coral de Libras participação na Abertura de Verão

Bnt Mercosul

33a Festa Pomerana – Pomerode

V Fórum Catarinense de Gestores de Cultura – Chapecó (Nívea e Luiz Antônio)

Workshop de Preservação e recuperação do Patrimônio Histórico Cultura de Florianópolis
(Luiz Antônio)

Oficina Cultura Viva, Amfri (Luiz Antônio e Marcia Cristina)

IX Fórum de Fomento à Cultura, Curitiba (Luiz Antônio)

Curso de Educação Patrimonial, Ifsc, Garopada (Luiz Antônio e Patrícia Vilma)

Fórum Catarinense de Biblioteconomia, Criciúma (Patrícia Vilma)

Curso de Líderes Públicos, Amfri (Nívea Bucker)

Essas ações visam integração, inclusão e expansão das atividades de conhecimentos e valorização da cultura, dos projetos e de seus resultados sobre a vida e o cotidiano da população, da administração pública, dos turistas, enfim, seus impactos e resultados de forma ampla e geral.

Apoio e realização de eventos

Festival Literário de Inverno de Bombinhas

Abertura da Pesca da Tainha, apoio com tendas e sonorização a comunidade pesqueira de Bombinhas.

Sarau de Confraternização dos alunos das oficinas culturais – Julho.

O apoio a esses eventos demonstra que não apenas aqueles projetos idealizados pela administração pública são valorizados, mas projetos de outras fontes que têm potencial de contribuir para a população.

Mídia Institucional

Rádio: 15 entrevistas

TV: 4 participações

Jornal impresso: Boletim Informativo (12 inserções de página inteira, 50 inserções de 1/2 página)

O Atlântico: (1 chamada, 24 capas, 33 matérias)

O total de mídia espontânea gera em torno de R\$ 100.000,00.

No relatório de planejamento estratégico de 2016 constam 17 ações, das quais 9 foram executadas, e estão em andamento e 5 não foram executadas.

Os dados constam da Tabela 1, que segue

Tabela 1: Programas executados, em andamento e não executados

PROGRAMA: DIVULGAÇÃO E REGISTRO DA CULTURA LOCAL

Meta	Ação	Responsável	Prazo	Custo (anual)	Situação			Resultados
					Executado	Não Executado	Em Andamento	
Site da FMCB	Organização das informações para o site	Luiz Felipe Melo/ Nívea/ Márcia	Semanal		X			Criação de Blog institucional, alimentado com matérias e informações para pesquisa
	Inserção das informações no site	Luiz Felipe Melo	Semanal					
Informativo Virtual	Organização do <i>Mailng</i>	Luiz Felipe Melo	Mensal		X			Informativo Virtual encaminhado semanalmente
	Redação dos textos	Márcia Cristina Ferreira	Semanal					
	Inserção na Rede Social	Márcia Cristina Ferreira	Semanal					
	Envio do Informativo	Luiz Felipe de Melo	Semanal					
	Monitoramento	Luiz Felipe Melo/ Márcia Cristina Ferreira	Semanal					
Revista Tu visse?!	Organização da Pauta	Nívea Maria/ Márcia Cristina Ferreira	Trimestral				X	Não houve publicação da revista em 2016, tendo em vista as restrições eleitorais
	Pesquisa	Márcia Cristina Ferreira	Trimestral					

						do	to	
Oficinas Culturais	Definição das oficinas e cursos	FMC	Janeiro		X			Atendimento a
	Lançamento de normativa para uso das oficinas/ Edital	Nívea	Fevereiro					
	Contratação de professores	Luiz Antônio Patrício	Janeiro	R\$ 300.000,00				
	Inscrições	Nívea	Fevereiro					
	Compra de Material	Luiz Antônio	Fevereiro	R\$ 15.000,00				
	Início das aulas	Professores Contratados	Março					
	Monitoramento e Avaliação	Nívea/ Luiz Felipe Melo	Mensal					

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DA CULTURA TRADICIONAL LOCAL

Meta	Ação	Responsabilidade	Prazo	Custo	Situação			Resultados
					Executado	Não executado	Em andamento	
Cultura na Rua	Definição dos Grupos	Luiz Antônio	Dezembro 2016		X			Projeto executada na alta temporada, com apresentações musicais, teatro e folclore
	Contratação dos Grupos	Luiz Antônio	Janeiro	R\$ 5.500,00				
	Definição do Calendário	FMC	Dezembro					
	Contratação de sonorização	Luiz Antônio	Dezembro	R\$ 4.000,00				

	Elaboração de material gráfico	Prefeitura	Dezembro					
	Divulgação	Márcia Cristina Ferreira	Dezembro a fevereiro	-				
Corrida de Embarcação a Remo	Elaboração do Projeto	Luiz Antônio	Janeiro		X			Evento realizado em 13/03, com a participação de 15 canoas competidoras
	Contratação de empresa organizadora	Nívea/ Luiz Antônio	Janeiro	R\$ 15.000,00				
	Relação de Convidados	Nívea/ Luiz Antônio	Janeiro					
	Convites	Luiz Felipe Melo	Janeiro					
	Distribuição dos convites	Nívea/ Luiz Antônio	Fevereiro	-				
	Definição de	Nívea	Fevereiro	R\$ 15.000,00				
	Premiação							
	Divulgação	Márcia Cristina Ferreira	Fevereiro a Março					
Projeto Vô Sabe, Vô Ensina	Definição dos Cursos	Nívea/ Luiz Antônio	Fevereiro		X		Projeto aprovado do Edital Elisabete Anderle. Não executado em função das restrições eleitorais	
	Contratação dos mestres	Luiz Antônio	Março	R\$ 15.000,00				
	Divulgação	Márcia Cristina Ferreira	Março					
	Início das Aulas	Luiz Antônio	Abril					
Pirão Cultural/	Definição dos temas	Luiz Antônio	Fevereiro		X		Evento realizado em 5 edições (março, abril,	

Prosa com Mestre	Definição dos Palestrantes/ Mestre	Luiz Antônio	Fevereiro					maio, junho, outubro) em parceria com restaurantes da cidade,
	Definição dos restaurantes parceiros	Luiz Antônio	Fevereiro					
	Divulgação	Márcia Cristina Ferreira	Mensal					
	Avaliação	FMC	Mensal					
Tarde do Beijú	Definição das datas	Nívea	Fevereiro		X			Evento aberto a comunidade, realizado no Engenho do Sertão
	Divulgação	Márcia Cristina Ferreira	Mensal					
Ponto de Memória Engenho da Bilica	Ajustes Área Externa	Encavi	Janeiro			X		Engenho montado no terreno da prefeitura. Aguarda conclusão (construção de banheiros e entorno
	Organização do Acervo	Nívea/Marcia	Fevereiro					
	Inauguração	Nívea	Março					

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Meta	Ação	Responsabilidade	Prazo	Custo	Situação			Resultados
					Executado	Não executado	Em andamento	
Plano Municipal de Cultura	Elaboração das Metas	Nívea/ CMC	Dezembro		X			Elaboração em Seminário Interno de Planejamento
Fundo Municipal de Cultura	Elaboração do Edital	Nívea	Janeiro		X			Projetos aprovados em 2015 e lançados em 2016. Impossibilidade de lançar edital em 2016 em
	Lançamento do Edital	Nívea	Fevereiro					
	Capacitação	Nívea	Março					

	Inscrição de Projetos	Nívea	Abril					função das restrições eleitorais
	Avaliação	Nívea	Maio					
	Divulgação dos Resultados	Nívea	Maio					
	Repasse	Contabilidade	Junho	R\$ 100.000,00				
	Avaliação / Prestação de Contas	Nívea/ CMC	Dezembro					
Fórum De Cultura	Definição de Pauta	Nívea/CMC	Abril			X		Impossibilidade de realização em função das restrições eleitorais
	Relação de convidados	Nívea/Marcia Cristina	Maio					
	Divulgação	Marcia Cristina	Maio					
	Avaliação	FMC/CMC	Julho					

PROGRAMA: INCENTIVO A LEITURA

Meta	Ação	Responsabilidade	Prazo	Custo	Situação			Resultados
					Executado	Não executado	Em andamento	
Biblioteca <i>on line</i>	Definição do Programa	Deise/ Jane	Abril			X		A Casa de Cultura "Piana do Crivo" ficou sem internet durante todo o ano
	Contratação	Luiz Antônio	Maio	R\$ 30.000,00				
	Treinamento	Empresa contratada	Junho					
Plano Municipal do Livro e	Contratação de empresa especializada	Márcia Cristina Ferreira	Abril	R\$ 10.000,00			X	Realização do Fórum Municipal do Livro,

Leitura	da							Leitura, Literatura e Bibliotecas, Formação de Grupo de Trabalho de Elaboração do Plano. Aguarda finalização de pesquisa e das propostas para encaminhamento à Câmara de Vereadores
	Elaboração do Plano	Empresa contratada/ FMC	Outubro					
	Entrega do Plano	Empresa Contratada	Novembro					

Fonte: FMC (2016).

Os dados demonstram que 52,9% das ações foram executadas, 17,6 estão em andamento e 29,5% não foram executados. Isso demonstra que ainda existem quase 30% de oportunidades de ofertar mais oportunidades culturais e desenvolvimento dos cidadãos locais.

Os investimentos (realizados e projetos) ultrapassam R\$ 500 mil, evidenciando que há uma preocupação em beneficiar os cidadãos, o município e a construção de uma polícia de incentivo sociocultural ampla e constante.

Não se pode ignorar, porém, que existem pontos negativos relatados pelos próprios entrevistados. Ainda que os programas tenham qualidade e abranjam diferentes públicos, o fato é que nem toda a população tem conhecimento sobre sua realização, procedimentos de participação, resultados a serem alcançados de forma individual e contribuições esperadas desses programas para o contexto social. Assim, uma importante recomendação é que os programas sejam divulgados mais aberta e amplamente, antes do início dessas atividades sejam encontradas formas de levar a toda a população do que consiste cada ação, como serão desenvolvida, quais os benefícios que podem ser obtidos, etc.

Um ponto negativo e que demanda de urgente correção é que não foram relatados esforços no sentido de ouvir a população, compreender quais os programas que poderiam ser de maior ajuda para o desenvolvimento das pessoas. Não há uma clareza de que formas as políticas públicas na área de cultura são formuladas, quais os critérios adotados para decidir as ações que serão desenvolvidas.

Essa realidade contraria o fato relatado por Silva (2014) de que a oferta de cultura não pode ocorrer de forma desorganizada, ela precisa ser planejada, bem pensada, com objetivos e metas, além de ser decorrente da percepção do que falta no município, o que as pessoas necessitam ou

almejam e não conseguem alcançar, pois somente assim essas políticas terão validação ampla e produzirão benefícios para todos.

5 CONCLUSÃO

A cultura faz parte dos direitos humanos, todas as pessoas, sem exceções, devem ter direito de acesso às mais diversas oportunidades para conhecer a cultura que está em seu entorno, demonstrar suas próprias manifestações de cultura, além de ter acesso a questões envolvidas na cultura como artes, ciências, tecnologia, entre tantas outras.

Nações que respeitam os direitos humanos, entre eles a cultura e sua garantia para a população, conseguem, ainda que lentamente, alterar suas condutas, abranger cada vez mais pessoas e dar a elas novas oportunidades, expandir suas visões sobre o mundo, as sociedades e as relações entre as pessoas dentro desses espaços.

É preciso destacar que quando as pessoas têm acesso a iniciativas relacionadas à cultura, elas passam a ter a possibilidade de mudar suas visões, suas ações e os resultados que encontram em suas vidas. Para que isso ocorra, porém, é preciso que a administração pública, por meio de políticas públicas efetiva, assegure aos cidadãos programas variados de acesso, entendimento e participação nos fatores culturais locais.

Estudiosos de diferentes áreas, assim como a população em geral, com frequência manifestam expectativas por uma melhor administração pública. No entanto, existem casos nos quais não compreendem o que é a administração pública, seu papel e quais são as demandas que poderá cumprir ou quais estão além de sua alçada.

A administração pública engloba todos os órgãos que representam a União dentro das esferas de governos (municípios, estados e União), em sua relação com os cidadãos, ofertando serviços, desenvolvendo políticas públicas e contribuindo para que as sociedades tenham ao seu dispor servidores que representam os governos, possam ouvir suas necessidades e se esforçam para que sejam resolvidas dentro das possibilidades existentes.

As políticas públicas têm vários atributos principais. É preciso recordar que a política é feita em resposta a algum tipo de questão ou problema que requer atenção. Política é tudo aquilo que o governo escolhe fazer (real) ou não fazer (implícito) sobre uma questão ou problema específico. A política pode assumir a forma de lei ou regulamento, ou o conjunto de todas as leis e regulamentos que regem um determinado assunto ou problema. A política é feita em nome do "público", dos cidadãos, de seus direitos e suas necessidades. Além disso, a política é orientada para uma meta ou estado desejado, como a solução de um problema. A formulação de políticas é parte de um processo contínuo que nem sempre tem um início ou fim claro, uma vez que as decisões sobre quem se beneficiará com as políticas e quem arcará com os encargos decorrentes da política são continuamente reavaliadas, revisadas e revisadas.

Neste estudo, foram avaliadas as políticas públicas na área de cultura do município de Bombinhas. Para alcançar os objetivos do estudo, foram avaliadas as respostas de 26 participantes, alunos e ex-alunos dos projetos culturais da prefeitura de Bombinhas – SC. Na amostra, 92,3% eram mulheres, 84,6% tinham de 20 a 59 anos, 46,2% participavam dos programas há um ano, 42,3% achavam os programas muito bons e 42,3% acharam excelentes, 42,3% classificavam os conteúdos como muito bons.

Nos questionamentos abertos, verificou-se que qualidade, interação, aprendizado, fortalecimento da cultura, movimentos e artes, todos foram fatores valorizados pelos participantes. As diferentes oficinas foram relatadas como sendo úteis e com ampliam contribuição, o que abre espaço para o desenvolvimento de cada vez mais novas e variadas oficinas e, assim, além de alcançar um público maior, de diferentes perfis, aqueles já contemplados anteriormente podem seguir participando e adquirindo novos saberes e oportunidades.

Os participantes relataram diversos motivos porém, todos afirmaram que as oficinas culturais agregam valor à cultura local e seu acesso pelos cidadãos. Surge, assim, espaço para o desenvolvimento de medidas visando alcançar públicos mais jovens, o que permitiria que as questões culturais fossem fortalecidas mais cedo e, assim, se tornassem mais efetivas.

Além disso, os entrevistados enfatizaram a importância das políticas públicas de cultura, mas em duas respostas foi sugerido uma divulgação maior sobre elas e seu acesso, o que aponta para a necessidade de iniciativas de divulgação que poderão deixar esses esforços mais visíveis e gerar maior satisfação entre a população. No relatório de gestão de 2016 verificou-se que 52,9% das ações foram executadas, 17,6 estão em andamento e 29,5% não foram executados. Isso demonstra que ainda existem quase 30% de oportunidades de ofertar mais oportunidades culturais e desenvolvimento dos cidadãos locais.

Os dados coletados evidenciaram que existem pontos positivos, como a satisfação dos participantes e a qualidade dos professores, além dos investimentos realizados. Por outro lado, os pontos negativos demonstram que a divulgação não é suficiente, não existe uma busca para compreender quais são as demandas e expectativas da população, tampouco esforços para que os municípios se envolvam mais com a concepção, o desenvolvimento e a oferta dessas ações socioculturais e, assim, podem acabar não atendendo a alguns públicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lia de Azevedo; GOMES, Ricardo Correa. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE.BR**. 2018, vol.16, n.3, pp.444-455.

ASOMAH, Joseph Yaw. Cultural rights versus human rights: A critical analysis of the trokosi practice in Ghana and the role of civil society. **Afr. hum. rights law j.**, Pretoria, v. 15, n. 1, p. 129-149, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1996-20962015000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 nov. 2021.

BARBALHO, Alexandre. O sistema nacional de cultura no governo Dilma: continuidades e avanços. **Revista lusófona de estudos culturais**, v. 2, n. 2, p. 188-207, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **Direitos humanos, estado e globalização**. In: SÁNCHEZ RÚBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquin; CARVALHO, Salo de. Direitos humanos e globalização. Fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. 2. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BOMBINHAS. **Lei n. 1363 de 12 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o sistema municipal de cultura. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/bombinhas/lei-ordinaria/2013/136/1363/lei-ordinaria-n-1363-2013-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-cultura-de-bombinhas-seus-principios-objetivos-estrutura-organizacao-gestao-interrelacoes-entre-os-seus-componentes-recursos-humanos-financiamento-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL, Fabíola Bezerra de Castro Alves. Direitos Culturais Como Objeto de Políticas Públicas no Brasil. In: **Sistema de Publicações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais-GEPDC 2.2**, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.343 de 2 de dezembro de 2010**. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Lei12.343-PNC-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras/FAPESB, 2004.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura. Brasília : Brasília Jurídica, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 30, n. 03, p. 15-41, Julho-Setembro 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/g9PftWn8KMYfNPBs7TLfC8D/?format=pdf&lang=pt#:~:text=%5B...%5D%20a%20cultura,de%20um%20grupo%20ou%20sociedade..> Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Maria Denise Abeijon Pereira. Ética na Administração Pública: algumas considerações. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 14, n. 89, jun. 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9538&revista_caderno=4. Acesso em: 12 nov. 2021.

JESUS, Igor Rosa Dias de; COSTA, Helder Gomes. A Nova Gestão Pública como indutora das atividades de Engenharia de Produção nos órgãos públicos. **Production**. 2014, v. 24, n. 4, p. 887-897.

LAFER, Celso. **Human rights challenges in the contemporary world** – reflections on a personal journey of thought and action. 2016; vol. 8, n.1, p. 39-73.

LOBELLE FERNANDEZ, Gretel. Políticas públicas sociais: apuntes y reflexiones. *ARCIC*, La Habana, v. 6, n. 14, p. 81-96, dez. 2017.

LOIOLA, Humberto Mascarenhas de. **Cultura: um direito constitucional**. 2015. Disponível em: <https://humbertomascarenhasdeloiola.jusbrasil.com.br/artigos/203311615/cultura-um-direito-constitucional>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, Elis; ROCHA, Elisabeth Soares; EGLER, Tamara Tânia Coben. A trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 17, n. 1, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1775>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MUSA, Clara Augusto; PASSADOR, Cláudia Souza; PASCHOALOTTO, Marco Antônio Catussi. Políticas públicas culturais no Brasil: um estudo de caso do consórcio intermunicipal Culturando. **IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0357-372-politicas-publicas-culturais-no-brasil.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PEIXOTO, Alice Emmanuele Teixeira. **4 problemas da gestão pública municipal no Brasil**. 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/gestao-publica-municipal-no-brasil-problemas/>. Acesso em: 30 out. 2021.

SANTA CATARINA. Governo de Estado de Santa Catarina. **Conheça SC**. Disponível em:

<https://www.sc.gov.br/conhecasc/geografia>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei n. 17.449 de 10 de janeiro de 2018**. Institui o Sistema Estadual de Cultura. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17449_2018_Lei.html. Acesso em: 26 nov. 2021.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: Santa Catarina / Sebrae/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 150p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OzT2e8sD7wYP85YqsRBllzG68RrXG0MN/view>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números: Bombinhas/Sebrae/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 128p. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relat%C3%B3rio%20Municipal%20-%20Bombinhas.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SERAFINI, Gláucia Pinheiro; HOFFMAM, Fernando. Políticas públicas culturais: uma forma de desenvolvimento e integração Brasil e o mundo. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 9, n. 2, 3 mar. 2020.

SILVA, Thiago Antunes da. Conceitos e evolução da administração pública: o desenvolvimento do papel administrativo. **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; MIDDLEJ, Suylan. A constituição e a democracia cultural. *IN*: SILVA, Frederico A. Barbosa da. Org. **Direito e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. 2006, n. 16, p. 20-45.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 nov. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Nome completo (aqui apresentado apenas em forma de sexo do participante).

Idade

Tempo que participa dos projetos de Oficina Culturais da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas.

1 ano

2 anos

3 anos

Mais de 3 anos

Nível de aprendizado nas oficinas da Fundação Municipal de Cultura

Insatisfatório

Satisfatório

Bom

Muito bom

Excelente

Conteúdo das oficinas da Fundação Municipal de Cultura

Insatisfatório

Satisfatório

Bom

Muito bom

Excelente

Avaliação das ações da Fundação Municipal de Cultura

Insatisfatório

Satisfatório

Bom

Muito bom

Excelente

Quais aspectos do curso do "Projeto Oficinas Culturais" que você, ou, seu filho(a) praticou foram mais úteis ou valiosos?

Na sua opinião, como o "Projeto Oficinas Culturais" agrega valor na cultura bombinense?

Na sua opinião, qual tem sido a importância das Políticas Públicas de Cultura sobre a população bombinense?